

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

AMANDA BISPO SANTOS

O COMÉRCIO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO: O caso da Estrada da
Liberdade

Salvador
2009

AMANDA BISPO SANTOS

**O COMÉRCIO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO: O caso da Estrada da
Liberdade**

Trabalho monográfico apresentado na
disciplina de Seminário Monográfico
requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientador:
Prof.º Msc. Vítor Lopes

Salvador
2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

AMANDA BISPO SANTOS

O COMÉRCIO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO: O caso da Estrada da
Liberdade

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 04 de Abril de 2009

Banca Examinadora:

Vitor Lopes _____

Almerinda Andréa _____

Rodolfo Lujan _____

Dedico este trabalho, primeiramente a todos que participaram comigo nesse processo de elaboração da Monografia, os funcionários dos Órgão Públicos, que de forma cordial contribuíram para a evolução desse trabalho, a minha família, meus amigos de curso que me auxiliaram no seu desenvolvimento, ao orientador Vitor, pela apoio e compreensão e a Deus por ter me permitido chegar ao fim desse processo.

Resumo:

Esta monografia apresenta uma discussão acerca do desenvolvimento urbano no Brasil e o crescimento econômico de Salvador para analisar de forma mais específica o desenvolvimento do comércio informal e seus impactos urbanos de um trecho da Estrada da Liberdade. O objetivo desse trabalho é descrever numa perspectiva econômica, demográfica e histórica o desenvolvimento dessa atividade no espaço urbano. Com isso, identificar o porquê de tais trabalhadores buscarem determinadas áreas da cidade para reproduzir seu trabalho. Essa é uma questão importante numa cidade de grandes desigualdades sociais e econômicas e o efeito desse problema afeta diretamente a qualidade de vida e a realidade urbana de toda a cidade, gerando aumento do congestionamento, desemprego, informalidade, entre outros.

Palavras-chave: Economia, urbanização, população, desemprego, informalidade.

ABSTRACT:

This Paper aims to discuss the urban development in Brazil, the economic growth of Salvador to analyze in a more specific way the development of the informal commerce in a part of "Estrada da Liberdade". This work intends to describe this development under an economic, demographic and historical perspective in the urban place. Through this description it is possible to identify why the workers choose certain areas of the city to work. An important question in a city which has strong social and economic inequality and the effect of this problem that affects directly the quality of living and the urban reality of the whole city, as the growth of traffic jams, unemployment, informality, among others.

Key words: Economy, urbanization, population, unemployment, informality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapas:

Mapa 01 – Salvador

Mapa 02 – Liberdade/ Área de ponderação

Mapa03 – Liberdade/ Área de estudo

Mapa 04 – Região Administrativa de Salvador

Tabelas

Tabela 01 – População residente por sexo e situação = Bahia (1970 a 2000)

Tabela 02 – RMS – População por Município (1970 a 2000)

Tabela 03 – Salvador, população residente por Região Administrativa (1970 a 2015)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografias:

Foto 01 – Colégio Duque de Caxias

Foto 02 - Igreja de São Cosme e São Damião

Foto 03 – Frente do Plano Inclinado

Foto 04 – Feira do Japão

Foto 05 – Vista aérea da Liberdade 1976

Foto 06 – Vista aérea da Liberdade 2002

Foto 07 – Barraca desmontável

Foto 08 – Avenida Sete de Setembro

Foto 09 – Relógio de São Pedro

Foto 10 – Estrada da Liberdade

SÚMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR (1960 – 2000)	
1.1 O processo de urbanização no Brasil	14
1.2 Desenvolvimento econômico de Salvador	18
1.3 Fatores demográficos: Migração, fecundidade/mortalidade	23
1.4 A segregação social e o desemprego	29
CAPÍTULO 2 – A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA LIBERDADE	
2.1 Origem, histórico e desenvolvimento da área da Liberdade no espaço urbano de Salvador	34
2.2 Estrada da Liberdade: componentes do espaço	39
2.3 Densificação demográfica e inserção definitiva da atual estrutura urbana da Liberdade	42
CAPÍTULO 3 – O COMÉRCIO INFORMAL NA ESTRADA DA LIBERDADE	
3.1 Discussões recentes sobre a informalidade na conjuntura econômica atual	46
3.2 O comércio informal na Estrada da Liberdade e a Legislação	52
3.3 Perfil do trabalhador, tipos de equipamentos e atividades desenvolvidas	54
3.4 A informalidade e uso do espaço urbano	56
Considerações finais	62
Referências	63
Anexos	

Introdução

A urbanização é um processo de desenvolvimento das cidades, como no caso do Brasil, que se processou a partir do crescimento industrial. As modificações sofridas pelas cidades podem ser identificadas com o crescimento da natalidade, movimentos territoriais (migração), diminuição da mortalidade, mobilidade social (mudança de status) e modificações na estrutura econômica. Tais fatores são primordiais para entender o aumento do desemprego e a exclusão social ao longo dos anos no país.

Este trabalho monográfico consiste em fazer um estudo sobre as principais influências do crescimento do comércio ambulante, em específico na área da Liberdade, trazendo uma compreensão acerca do processo de crescimento populacional em Salvador e analisando as transformações econômicas e conflitos urbanos gerados por essa realidade. Daí tem como objetivo analisar os conflitos gerados pelo uso do espaço urbano pelo mercado informal.

A falta de controle do Estado sobre o crescimento populacional e as conseqüências dessa densificação espacial gera conflitos sociais, que são cada vez mais complexos. Um ritmo acelerado da urbanização, principalmente a partir de 1950, é uma das características dos países subdesenvolvidos, através de um novo nexos capitalista, comandado pela revolução científica-técnica e as empresas transnacionais (SANTOS, 1989).

A economia capitalista desenvolvida no Brasil tem contribuído com o crescimento das desigualdades e dos problemas sociais e urbanos. As regiões rurais sofrem com a falta de investimentos para o pequeno produtor ou melhores condições de trabalho ao trabalhador rural. As regiões urbanas tornam-se o centro dos investimentos econômicos do Estado e com isso um pólo atrativo para oportunidades aos trabalhadores em todas as escalas. Então, o Estado despreparado para a nova realidade, contribui para o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras com grandes periferias com pouca ou sem infraestrutura, o que gera aumento da favelização, desemprego, entre outros fatores que confirmam a falta de uma política adequada de planejamento urbano.

Por outro lado, dados das Organizações das Nações Unidas - ONU confirmam

que, desde os anos 1940, esta havendo uma queda ininterrupta da mortalidade infantil (de 149 mortes para cada mil nascidos, em 1940, para 34,6 em 1999), o aumento também ininterrupto da expectativa de vida (de 42,7 anos, em 1940, para 68,4 em 1999) e a queda do número de filhos por mulher em idade fértil (4,4 filhos, em 1940, para 2,2 em 2000). O nível de escolaridade também evolui positivamente ao longo do período.

Tal tendência encontra-se diretamente relacionada com o investimento em infraestrutura, educação, saúde e previdência social como também diretamente associada à dinâmica socioeconômica, determinante, em linhas gerais, dos processos migratórios. A ONU afirma também que particularmente, registra-se ainda uma correlação direta entre níveis de escolaridade feminina, acesso aos serviços de saúde à redução dos níveis de fecundidade e mortalidade.

O crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico se fez, em grande parte, fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus poucos recursos e conhecimento.

Essa situação encontra-se presente na região da Liberdade, na cidade de Salvador, que vem sofrendo devido ao crescimento desordenado, com um assentamento de baixa-renda em Salvador, malgrado com a carência de variados tipos de serviços. Essa área entra com destaque neste trabalho, pois, além de ser um dos locais de baixa renda mais populosos de Salvador, apresenta peculiaridades com relação à sua dinâmica urbana, graças às intensas atividades encontradas na sua via principal, a Estrada da Liberdade.

Para entender o processo de crescimento da informalidade no Brasil e seus reflexos em Salvador foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas. O levantamento de campo foi feito a partir de visitas in loco, fotografias atuais da área, utilização de fotos aéreas e mapas. Além de um roteiro de entrevista, que consiste num questionário com viés qualitativo para exploração do estudo na área. Pois, como não foram localizados dados específicos da localidade, foi aplicado o questionário com alguns ambulantes e lojistas. Contudo, a SESP disponibilizou informações do perfil do segmento e cadastro dos

ambulantes na área.

Além desta introdução, o primeiro capítulo pretende discutir uma informação mais geral dos fatores que influenciaram o desenvolvimento e crescimento urbano de Salvador, desde a década de 60. E para entender esse processo faz-se necessário uma compreensão acerca do processo de urbanização no Brasil, tardio se comparado aos países desenvolvidos.

O segundo capítulo trata da origem do “bairro” da Liberdade, questões históricas fundamentais para a compreensão das peculiaridades existentes. Apresenta também as características da área estudada, a qual foi delimitada com base nos dados do IBGE e a configuração atual da estrutura urbana local.

O terceiro capítulo traz a discussão acerca do desenvolvimento do comércio ambulante, suas principais características, perfil desse trabalhador e as atividades desenvolvidas. Discutir os conflitos urbanos causados pelo uso dos espaços urbanos pela economia informal. Por fim, este trabalho pretende analisar como o comércio ambulante vem interferindo na realidade urbana da área de estudo, com um novo uso do espaço e participando da economia urbana.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR (1960 – 2000)

1.1 O processo de urbanização no Brasil e na Bahia

O desenvolvimento urbano no Brasil está atrelado ao investimento industrial, onde a cidade torna-se o centro desse processo. Diferente dos países desenvolvidos, a industrialização no país torna-se intensa a partir da década de 30. O investimento em indústrias pesadas priorizou as cidades, sem dar subsídios significativos para a manutenção da economia agrícola, que nesse período era sua principal atividade econômica. Este trabalho não irá entrar em detalhes sobre o processo de industrialização do país, mas sim desenvolver idéias de como esse efeito influenciou na realidade urbana das cidades contemporâneas, e, mais especificadamente, de Salvador.

Lambert (1984) afirma que a industrialização no país inicia-se de forma desigual, com o pólo industrial na região Sudeste. A urbanização do Brasil tende a efetuar-se nas grandes cidades. Em 1950, a metade da população urbana concentrava-se nas 14 maiores cidades do país (LAMBERT, 1984). Apesar de tardio, o avanço da industrialização, se comparado aos países desenvolvidos, teve uma ligação direta com a urbanização do país. Os investimentos foram notadamente desiguais e contribuíram para uma discrepância cada vez maior das economias regionais brasileiras. Percebe-se também um intenso crescimento populacional nesse período em todo país.

Os investimentos industriais na Bahia começaram de forma significativa a partir da década de 1960 e o estado veio a se tornar urbano somente na década de 1980, como mostra a Tabela 01. Isso comprova como o estado ficou à margem dos interesses econômicos do país por um longo período do século XX, a qual a Federação dava prioridade aos investimentos indústrias, se limitando inicialmente a região Sudeste.

Tabela 01 - População residente por sexo e situação = Bahia					
Sexo	Situação do domicílio	Ano			
		1970	1980	1991	2000
Total	Total	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.070.250
	Urbana	3.086.383	4.660.499	7.016.770	8.772.348
	Rural	4.407.054	4.794.893	4.851.221	4.297.902
Homens	Total	3.662.949	4.668.930	5.857.907	6.462.033
	Urbana	1.454.946	2.238.762	3.366.169	4.227.922
	Rural	2.208.003	2.430.168	2.491.738	2.234.111
Mulheres	Total	3.830.488	4.786.462	6.010.084	6.608.217
	Urbana	1.631.437	2.421.737	3.650.601	4.544.426
	Rural	2.199.051	2.364.725	2.359.483	2.063.791
Fonte: IBGE, elaborado por Amanda, 2008					

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2007), um dos motivos que justifica a industrialização no país está baseado no novo modelo econômico, adotado a partir dos anos 30. A crise internacional de 1929 afetou todo o mundo capitalista e o Brasil também, que, a partir de então, com a Revolução de 30, passou a basear sua economia na indústria. Com isso, Maricato (2002) complementa a discussão ao afirmar que os interesses urbano-industriais conquistaram a hegemonia na orientação da política econômica, sem, entretanto, romper com relações arcaicas de mando baseado na propriedade fundiária. Isso com o passar dos anos foi um dos principais fatores que contribuíram para o êxodo rural no Brasil.

O país, através da sua política capitalista subdesenvolvida, obteve uma forte concentração populacional em regiões metropolitanas, principalmente na região Sudeste. Isso por que a política econômica brasileira, nas primeiras décadas do século XX era bastante polarizada e o desenvolvimento das cidades dependia da política federal, que priorizou o desenvolvimento industrial no eixo principal Rio - São Paulo. Somente na década de 1960, com a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, é que Salvador irá desenvolver capitalismo monopolista.

A concentração populacional nas metrópoles, seja pelas migrações ou pela alta fecundidade, muito comuns nos países subdesenvolvidos, gerou uma série de

problemas. O Estado não realizou um planejamento adequado para oferecer os serviços básicos à população de forma eqüitativa, inclusive porque uma parcela da população não era inserida no mercado de trabalho. Este fato contribuiu para a formação de um grande “exército de reserva” nas cidades, ou seja, uma significativa população de desempregados em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho urbano. Muitos indivíduos não conseguiam acesso ao mercado formal de trabalho, principalmente pelo baixo nível de escolaridade e qualificação.

Nessa perspectiva que Salvador, uma metrópole regional, se desenvolve. A cidade configura-se hoje uma das mais populosas do país, graças ao crescimento populacional formado pelas migrações e pelas altas taxas de natalidade, principalmente a partir de 1960. Uma parcela significativa da sua população, assim como nas outras metrópoles brasileiras, não foi inserida no mercado de trabalho formal, e, por conseqüência desse processo, teve que optar por diversas alternativas de sobrevivência, gerando economia informal. Esse fato será discutido no 3º capítulo dessa monografia, já que interfere diretamente no espaço urbano, e na área de estudo, a Estrada da Liberdade.

Ainda reforçando a questão do desenvolvimento urbano do Brasil, o grande acontecimento no desenvolvimento industrial do país foi o aparecimento, depois da Segunda Guerra Mundial, da poderosa indústria siderúrgica (LAMBERT, 1984). O crescimento econômico das grandes cidades influenciou as migrações: interestadual ou intraestadual como fator principal para o crescimento das cidades. Nessa perspectiva, Santos (1989) conclui que os fatores determinantes para o êxodo rural na América Latina são de ordem econômica, por causa do desequilíbrio econômico cada vez maior entre a cidade e o campo.

As migrações e o crescimento populacional das grandes cidades brasileiras durante o início do desenvolvimento econômico urbano/industrial contribuíram de forma significativa para a aceleração do processo de urbanização no país. Fausto (2006) destaca as altas taxas de fecundidade que tiveram certo peso no crescimento demográfico, pois somente na segunda metade da década de 1960 começa a se acelerar e a se generalizar o declínio dos níveis de fecundidade. Então, é a partir desse período que a migração rural-urbana será a principal colaboradora do crescimento populacional urbano, principalmente durante 1960 e

1980. Somente entre 1960 e o final dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, incluído o efeito indireto da migração, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades (FAUSTO, 2006).

Como as cidades se tornaram o centro da economia brasileira e as regiões rurais do país ficaram em segundo plano na questão do desenvolvimento econômico, observa-se uma migração dessa população de início para das principais áreas urbanas do país localizadas na Região Sudeste. Somente com o investimento industrial da Bahia, a partir de 1960, é que Salvador também, de forma significativa, apresentará a mesma situação observada anteriormente por Rio de Janeiro e São Paulo.

As cidades passam a ter um papel central nas decisões econômico-financeiras do país. A estrutura física e os padrões de comportamento são bastante influenciados pela cultura capitalista e os investimentos em infra-estrutura e expansão das áreas urbanas tornam-se cada vez mais acelerados.

Nesse sentido, Porto e Carvalho (2000) definem que as cidades, sobretudo as metrópoles, constituem elos decisivos do processo de reprodução do capital. Este é exatamente o caso de Salvador, que desenvolveu um setor terciário de forma significativa, com instalações bancárias e financeiras em geral, instalações comerciais, terciárias em geral (universidades, instalações hospitalares e de ensino, complexos de lazer e de desportos etc.), concentrações de equipamentos de infra-estrutura e de consumo coletivo – além do atraente estoque de belezas naturais e construções realizadas nos séculos anteriores (PORTO; CARVALHO, 2000).

Nas décadas de 80 e 90, a concentração de renda e o desemprego se aprofundam no Brasil. Esses fatos não surgem simplesmente da reestruturação produtiva e do raio das políticas sociais como sucede em muitos países centrais. Como diz Maricato (2002), trata-se do aprofundamento da desigualdade numa sociedade histórica e tradicionalmente desigual. As desigualdades socioeconômicas juntamente com o crescimento do desemprego tiveram efeito direto no crescimento da informalidade, na precarização do trabalho, violência e na piora nas condições de vida da população das metrópoles brasileiras.

1.2 Desenvolvimento econômico de Salvador

O desenvolvimento econômico de Salvador foi um fator preponderante para o crescimento populacional desta cidade. Os investimentos e as grandes oportunidades do Estado se concentraram na capital baiana e na sua Região Metropolitana a partir da década de 60. Francisco de Oliveira, com seu prefácio no livro “A Bahia de Todos os Pobres” (1980) caracteriza Salvador como uma periferia do sistema capitalista brasileiro que a partir desse período, passa a apresentar uma aceleração de crescimento econômico integrando o Nordeste aos novos padrões da acumulação capitalista.

Para iniciar essa discussão faz-se necessário entender como se encontrava a capital baiana no início do século XX. Teixeira (2005) afirma que a energia elétrica foi a grande responsável pelo crescimento da cidade de Salvador no início do século passado. Até então, na capital, existiam logradouros distantes, estações de veraneio, hoje bairros populosos que na época eram locais de moradia. A concentração da vida urbana na cidade se limitava ao centro histórico. Poucas pessoas residiam em locais como Amaralina ou Ribeira (TEIXEIRA, 2005). Nesse período, Salvador ainda encontrava-se com pouca dinâmica econômica e com uma expansão territorial insignificante, para os moldes atuais.

Sua economia, no início do século, era limitada à cultura agrária, ligada fortemente ao Recôncavo Baiano, como expõe Carvalho e Pereira (2006). Além disso, esses autores complementam também que com a evolução do transporte e a facilidade da relação de Salvador com outras cidades, o Recôncavo Baiano foi perdendo dinâmica econômica, graças à construção da (BR - 324). As cidades próximas da capital e ligadas por essa via passaram a ser o centro da economia do Estado, que se consolidou na Região Metropolitana de Salvador (RMS) (CARVALHO e PEREIRA, 2006). A capital do Estado, principal pólo econômico, de fato, influencia a dinâmica das cidades atreladas a ela, principalmente no caso da Bahia, que desenvolveu um capitalismo monopolista na RMS e não houve investimentos significativos nas outras cidades existentes, que tinham como base da sua economia a agricultura.

[...] Até o final da década de 1940, a economia de Salvador, e de seu tradicional, o

Recôncavo Baiano, permaneceu atrelada à evolução de alguns complexos estaduais exportadores de commodities minerais e agrícolas. A pauta baiana de exportação incluía cerca de uma dezena de itens, mas somente três produtos se destacaram: cacau, açúcar e fumo. Contudo o principal produto foi o cacau, principal produto de exportação da Bahia até os anos 1960 (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p.5 e 6).

Deste modo, a organização capitalista de produção Salvador até esse período se estendia na sua maioria aos setores da estrutura produtiva que era dominante desde a época colonial. As principais atividades econômicas eram divididas em: às atividades (comerciais, financeiras, portuárias e de outros serviços) diretamente vinculadas e necessárias ao setor exportador; uma parte do comércio e serviços que atendiam uma demanda de bens de consumo e de serviços de luxo dos estratos mais altos, ou dos estratos médios; e umas poucas empresas industriais de maior porte dedicadas à produção de têxteis ou à transformação de produtos agrícolas regionais, muitas das quais entraram em crise ainda no início do século XX (CARVALHO; SOUZA, 1980).

A estrutura econômica da Bahia constatada por Carvalho e Pereira (2006, p.6) confirma que

[...] As dimensões da atividade cacaeira eram insuficientes para gerar uma das condições básicas dessa aceleração: a disponibilidade de uma “massa crítica” de excedente, concentrada sob a forma de capital-dinheiro num momento de boom, que pudesse se transformada em capital industrial numa escala considerável. A agricultura na Bahia apresentando franca decadência por volta de 1930, pois perdeu espaço para a modernização e concorrência de outros estados, principalmente São Paulo.

Uma série de autores ao estudar a história do desenvolvimento urbano de Salvador destaca a influência da SUDENE nesse processo, dentre eles, Carvalho e Pereira (2006), onde afirmam que com a entrada do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, em 1954, e a criação da SUDENE, em 1959 – órgãos responsáveis pela gestão de um conjunto de incentivos fiscais no objetivo de intensificar a industrialização da região - tiveram importância vital no desenvolvimento econômico de Salvador e sua região periférica, na medida em que estas viriam a ser as principais beneficiárias dos recursos mobilizados para investimentos no Nordeste. Eles complementam também ao afirmam que:

[...] Quando se analisa a participação de Salvador no conjunto da rede urbana estadual constata-se a histórica polarização da capital do Estado. Apesar da progressiva e lenta redução da sua participação no conjunto da população estadual, particularmente da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Salvador congrega 18,7% da população do estado e 80,9% da RMS. Essa função polarizadora da capital reflete em primeiro lugar a inexistência de uma rede urbana de porte médio no conjunto do estado e, em segundo lugar, o caráter dos investimentos no parque industrial existente no entorno da RMS e do perfil terciário da economia soteropolitana, que emprega parcela significativa da mão-de-obra pouco qualificada. (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p.31).

A configuração de Salvador como novo espaço de expansão do capitalismo monopolista consolida-se quando os incentivos e subsídios fiscais e financeiros concedidos pelo governo federal através da SUDENE e do BNB impulsionaram a industrialização do Nordeste. Aproveita-se uma parte do Recôncavo decadente, com a extração de refino do petróleo, justaposta às novas áreas de indústria (o centro de Camaçari dos anos 70), contribuindo para a formação da Região Metropolitana de Salvador. Intensifica-se crescimento populacional urbano, principalmente pelas migrações rural-urbana e urbana-urbana in loco. O estado da Bahia não apresentava outras regiões econômicas fortes que pudessem também se torna pólo de atração de investimento e com isso intensificou a discrepâncias econômicas no Estado.

Como afirma Neves (1985), o crescimento urbano de Salvador também está atrelado ao processo de urbanização da Bahia, graças ao aumento populacional do Estado, através do processo de migração intraestadual. Em 1900 a Bahia contava com 2,1 milhões de pessoas, enquanto em 1970 já possuía 7,5 milhões, em 1980 já contava com 9,4 milhões de pessoas, como mostra na tabela 01 e por esse volume demográfico é o quarto Estado mais populoso do Brasil, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (NEVES, 1985).

Ainda segundo Neves (1985), dos 415 municípios baianos, 273 ainda mantinham, em 1996, mais da metade de suas populações habitando em áreas rurais, enquanto apenas 57 deles (13,7% do total) apresentavam um grau de urbanização superior a 70%. Observa-se também na tabela 01 que a Bahia, com sua urbanização tardia, somente veio se consolidar com sua população urbana

maior que a rural dentre as décadas de 80 e 90. Isso pode ser explicado pelo fato do estado ter apresentado um investimento urbano-industrial tardio se comparado aos estados do Sudeste e pela característica fortemente agrária da economia local.

Dentre os mais importantes dos eventos econômicos em Salvador e sua periferia no século XX a implantação da Petrobrás, que se traduziu na exploração de petróleo do Recôncavo, na construção do terminal marítimo de Madre de Deus e na implantação da Refinaria Landolfo Alves em Mataripe (RLAM) implantado em 1972; investimentos nas fábricas do Centro Industrial de Aratu (CIA) implantado em 1967 e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) implantado em 1972, com concentrações industriais (CARVALHO; PEREIRA, 2006). Esses eventos econômicos intensificaram as oportunidades de trabalho na Região Metropolitana do Estado e como consequência essas cidades tiveram um intenso crescimento demográfico.

Destaca-se também o ramo metal-mecânico que foi principiado e, evidentemente, todo um terciário, igualmente empregador de muitos trabalhadores, que teve de ser implantado no interior e nas cercanias de Salvador e de centros urbanos do porte de Feira de Santana, segunda cidade do estado, também dotada de um centro industrial (PORTO; CARVALHO, 2000).

Dessa forma, Carvalho e Pereira (2006, p.17) concluem que “Os investimentos na RLAM, no CIA e no COPEC modificaram a macroestrutura da economia baiana e causaram impacto intenso na economia de Salvador e do seu hinterland imediato. A participação da indústria no PIB estadual saltou de 12,0% em 1960, para 31,6%, em 1980, e 38,1%, em 1990”. Com a instalação dessas novas indústrias redefine-se completamente o papel da região no nível da sua inserção na divisão regional do trabalho.

Entretanto, a Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE (1980) verifica que o crescimento econômico de Salvador, por apresentar uma extensão do avanço do capitalismo em nível nacional, tem-se verificado independentemente de uma ampliação do mercado de consumo local pela redefinição de sua estrutura de renda. A respeito das transformações que vêm ocorrendo na estrutura ocupacional de Salvador, um grande contingente populacional não foi inserido na força de trabalho urbana e desenvolveu uma economia à margem do esquema

capitalista de produtividade.

Apesar da maioria da sua população apresentar baixos níveis de renda, e da elevada concentração da mesma, o tamanho de Salvador permitiu, por si só, o desenvolvimento de uma pequena indústria urbana (alimentos, materiais de construção, construção residencial, mobiliário, gráficas) e assegurou a expansão de serviços pessoais, atraindo, inclusive, grupos econômicos não-indústrias já instalados no eixo Rio - São Paulo, como as lojas de departamentos, supermercados e Shopping-centers, entre os anos 1960 e 1970. O desenvolvimento do transporte aeroviário no país e o asfaltamento da estrada Rio - Bahia (1963), Salvador passa a integrar o mapa do turismo no país (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Essa mesma estrada relatada contribui para facilitar o contato de Salvador com o Centro-Sul, o que facilitou o acesso dos bens industriais produzidos na Região Sudeste, determinando o colapso das poucas indústrias locais remanescentes e acentuando o papel de Salvador como centro distributivo.

A crise econômica mundial gerada pela crise do petróleo da década de 1970 e o conseqüente recuo do crescimento econômico do país no mesmo período que Carvalho e Pereira (2006) concluem como o evidente fracasso do chamado “modelo de substituição de importações” evidenciou o fracasso parcial do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). A dívida do Estado passa a crescer de forma significativa, levando o país a uma crise que combinou inflação e desaquecimento da economia. Como a nova indústria baiana dependia dos capitais e mercados do pólo industrial do país, esse desaquecimento nacional traduziu em queda significativa das taxas de crescimento do PIB da Bahia, RMS e Salvador.

[...] A resposta brasileira ao esgotamento da substituição de importações foi a abertura da economia nacional, a partir de 1990. Isso traduziu em maior penetração no mercado nacional de produtos e capitais estrangeiros, com as empresas tendo que competir com produto importado, em condições difíceis, haja vista a política de valorização cambial que se radicalizou entre 1994 e 1998. O que contribuiu para a configuração de um impacto da economia que configurou em mudanças diretas na estrutura social do trabalho. (CARVALHO; PEREIRA, 2006, P.42).

O processo de flexibilização, precarização, juntamente com o número crescente de trabalhadores camelôs nos centros urbanos das cidades brasileiras configura-se como fenômenos territoriais e expressões geográficas da dinâmica do trabalho. Isso porque a informalidade aparece, nesse contexto, como um dos elementos que reforça os índices de precarização do trabalho no Brasil afetados pelo sistema econômico adotado pelo país. Discussão que será mais evidenciada no 3º capítulo.

1.3. Fatores demográficos

O processo de urbanização do Brasil e o desenvolvimento econômico de Salvador, já relatados neste trabalho, contribuem para entender como se desenvolveu a realidade atual dessa cidade. Porém, para uma análise mais específica do crescimento populacional nas grandes cidades e principalmente na capital baiana, três fatores também são fundamentais a serem desenvolvidos neste trabalho: migração e a fecundidade/ mortalidade.

Migração

A migração é um processo sociodemográfico atrelado à complexidade decorrente da sua interação com vários aspectos inerentes a vida social, onde abrange uma série de fatores considerados impulsionadores de seu processo, que pode ser dividido em: imigração (processo de chegada em uma determinada localidade, efetuando uma residência fixa) e emigração (processo de saída de uma determinada localidade, efetuando na nova localidade uma residência fixa). Esse conceito é fundamental para entender os processos migratórios sofridos por Salvador nas últimas décadas, que foram preponderantes para a atual conjuntura populacional existente.

Como afirma Lambert (1984) em consequência do desacordo existente entre a estrutura demográfica do Brasil e sua estrutura econômica são gerados os deslocamentos de população. Que no início da industrialização brasileira concentrada na Região Sudeste fez surgir o que ele chama de correntes de migração: Nordeste para o Sul. O Nordeste, juntamente com o estado da Bahia, é uma região de alta concentração demográfica e se tornou na década de 50 o

centro de emigração do Brasil. Apesar do intenso fluxo de emigrantes sua população não diminui, pois a fecundidade é tão grande que a população se renova constantemente e seus estados estão sempre povoados. (LAMBERT, 1984).

É importante destacar que o fator primordial que influenciou o êxodo campo – cidade é a fator força de trabalho, de ordem econômica, graças ao desequilíbrio econômico crescente entre a cidade e no campo. A chegada de um número cada vez maior de pessoas para os centros urbanos foi ocasionada pela busca de meios para assegurar a sobrevivência. O que tornara cada vez mais difícil no campo, dentre outros fatores está a falta de uma reforma agrária propriamente dita, a concentração de terra permanece nas mãos de latifundiários.

Lambert (1984) complementa este discurso ao afirmar que a atração da vida urbana, principalmente as cidades mais modernas, justifica-se pela situação que enfrenta a zona rural, desprovida de meio de comunicação e de serviços públicos adequados. Devido a essa atração urbana, o êxodo prematuro para as cidades, sobretudo para as grandes, é muito facilitado no Brasil, mesmo com a falta de emprego, em virtude da pouca exigência da população rural em matéria de condições de vida. (LAMBERT, 1984).

Os deslocamentos da população do Nordeste para o Sul do país, mais precisamente eixo Rio - São Paulo foi influenciada pela emergente indústria de São Paulo, a partir de 1930. Essa migração chamada por diversos autores de êxodo rural vai se intensificando no país ao longo do século XX. Santos (1989) define o êxodo rural como um forte contingente migratório que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, se dirige para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte, do crescimento urbano. Salvador apesar de ser uma cidade bastante grande, exerce um comando incompleto sobre suas áreas de influencia. Por sua própria natureza, esses laços não são bastante fortes para impedir a influencia de São Paulo, cidade muito mais moderna economicamente, de inferir sobre “suas” regiões, o que a caracteriza como zona não completamente polarizada. (SANTOS, 1989).

Isso tende a confirmar que apesar de Salvador estar inserida no Nordeste, conseqüentemente próximo ao maior contingente migratório do país e demandar os principais investimentos econômicos do Estado, mesmo assim ela não

consegue atrair como São Paulo grande parte dos migrantes do Nordeste. Isso pode ser explicado também porque a capital baiana no início do século não foi inserida nos grandes investimentos industriais e tinha uma economia pouco diversificada.

Os fluxos migratórios para Salvador cresceram significativamente com o processo de industrialização a partir de 60. Essa população parte, principalmente, de áreas rurais, contudo não se deve minimizar a importância da migração urbana-urbana para Salvador, principalmente no caso dos fluxos procedentes de outros Estados, que como afirma Carvalho e Souza (1980) na sua maioria são oriundos das capitais. A capital baiana após o crescimento dos investimentos indústrias tornou-se um pólo atrativo do migrante, isso porque esses investimentos lhe proporcionaram uma expansão significativa das oportunidades de trabalho para indivíduos de baixos estratos sociais em setores não indústrias, que empregam uma elevada proporção de mão-de-obra pouco ou não-qualificada (CARVALHO E SOUZA, 1980).

Nesse contexto as migrações constituem um mecanismo de continuação da alimentação do “excedente” de força de trabalho que, não se engajando nos segmentos capitalistas da economia, reproduz em Salvador atividades organizadas sob formas não-capitalistas, é o que será identificado no 3º capítulo, como a informalidade, uma alternativa de sobrevivência para as populações nas margens do mercado de trabalho. Como tal, as migrações para Salvador são compatíveis com a lógica do próprio desenvolvimento capitalista em sua fase industrial. Esse sistema visa à disponibilidade de uma abundante força de trabalho urbana como garantia nos momentos de mais intensa expansão capitalista.

Como pode ser verificado na tabela 02, o crescimento populacional significativo da RMS foi intensificado na década de 1980, num período de estagnação econômica e social que o país enfrentava. Diante de várias hipóteses, Carvalho e Souza (1980 p.126) constata que

[...] A acelerada expansão demográfica de Salvador, principalmente produzida pelas migrações, num período em que a economia urbana não apresentava vigoroso crescimento, não pode ser considerada um fenômeno patológico, mas um processo condizente com a lógica do desenvolvimento em curso no país e no Estado e em grande parte por ele condicionado.

A migração é tão significativa para Salvador que esse intenso processo juntamente com outros fatores contribuiu significativamente para o rejuvenescimento da população, isto é, a redução da idade média da população. Na tabela 02 é visível notar como Salvador e as cidades da sua Região Metropolitana cresceram de forma significativa nas últimas décadas.

Tabela 02 - RMS – População dos municípios					
Município	1970	1980	1991	1996	2000
Camaçari	33.273	69.783	113.639	134.901	161.727
Candeias	34.195	54.081	67.941	69.503	76.783
Dias D´Ávila	--	19.395	31.260	37.916	45.333
Itaparica	8.391	10.887	15.055	17.975	18.945
Lauro de Freitas	10.007	35.309	69.270	97.219	113.543
Madre de Deus	--	8.296	9.183	9.961	12.036
Salvador	1.007.1 95	1.493.685	2.075.27 3	2.211.53 9	2.443.1 07
S. Francisc o do Conde	20.738	17.835	20.238	24.213	26.282
Simões Filho	22.019	43.578	72.526	78.229	94.066
Vera Cruz	12.003	13.743	22.136	27.628	29.750
Total	1.147.8 21	1.766.582	2.496.52 1	2.709.08 4	3.021.5 72
Fonte: IBGE apud SEI, elaborado por Amanda Santos, 2009					

O deslocamento populacional para capital baiana é motivado por uma série de fatores, dentre eles estão: as melhores oportunidades de trabalho do estado, melhor infra-estrutura urbana do e de serviços públicos do estado, boas condições climáticas, etc. A migração, portanto, elemento fundamental da dinâmica demográfica, constitui-se num integrante indissociável da dimensão social, pois esta diretamente atrelada à realidade.

O Estado da Bahia que sempre configurou como grande centro de emigração, através das mudanças ocorridas ao longo do século XX, apresenta na atualidade um fenômeno interessante, o retorno daquela população, que em outros tempos, migraram para outras partes do Brasil. E sua capital por apresentar alto índice de desemprego, faz com que esse município constitua um espaço que tanto “absorve” como expulsa pessoas, servindo, portanto, como “ponto” de entrada e saída de pessoas. Dados da SEI (2007) destaca que Salvador tem uma capacidade, num contexto atual, de atrair cerca de 90 mil, e, na mesma medida que “atrai” grande contingente populacional, o município “expulsa” um número bastante significativo de imigrantes, aproximadamente 91 mil pessoas, no período de 1995-2000.

A SEI (2007) complementa esse discurso justificando através de hipóteses para o entendimento do movimento migratório de entrada e saída de pessoas em Salvador, no período estudado. Considerando as condições de grande metrópole onde Simões Filho, Lauro de Freitas, Itaparica e Vera Cruz aparecem como áreas conurbadas, essas cidades podem está atuando como receptoras dos fluxos populacionais – pessoas que ao invés de fixar residência em Salvador, migrariam para essas áreas de influência ou vetores de expansão. Interessante destacar essa análise, pois pela tabela 02 é possível identificar como vários municípios da RMS, inclusive os destacados apresentaram um crescimento significativo de sua população.

A fecundidade/ mortalidade

O Brasil no início do século XX apresentava uma alta fecundidade na sua população, como o país também tinha uma alta taxa mortalidade, a população, de forma involuntária ou não, encontrava uma forma de equilibrar esse problema. Vale ressaltar que, as mulheres não participavam da força de trabalho e quando havia era muito insignificante, o nível educacional e o nível de saúde da população também eram muito baixos. Nesta perspectiva que Salvador e a área da Liberdade irão se desenvolver.

Segundo a SEI (2007) a tendência à redução da fecundidade, para a qual convergem regiões e Estados brasileiros, bem como suas áreas rurais e urbanas, tem sido atribuída, fundamentalmente, a modernização pela qual vem passando a sociedade nacional e a forte influência exercida pelos meios de comunicação – principalmente a televisão – na difusão dos padrões modernos de comportamentos reprodutivos, principalmente o das áreas mais desenvolvidas do país. Como ao longo do século XX o Brasil vai se tornando cada vez mais urbano, é nesse meio que as informações e os meios para contracepção estão mais disponíveis, determinando padrões reprodutivos mais contidos.

Quanto à mortalidade, os índices declinantes do país e do Nordeste têm contribuído para o crescimento natural da população, apesar do índice de mortalidade da região apresentar acima da média brasileira. Para Maricato (2002) não são necessários argumentos para relacionar evolução dos indicadores de mortalidade infantil a esperança de vida ao nascer ao processo maciço de urbanização. Alguns dos principais fatores orientados dessa dinâmica são: socialização de informação, melhora significativa nos serviços médicos e sanitários, atendimento médico ao parto e a gestante, aumento da escolaridade, entre outras condições, que são mais acessíveis em meio urbano e como

conseqüência da urbanização, tornou-se mais acessíveis à maioria dos brasileiros (MARICATO, 2002).

Há uma tendência irreversível, pelo menos em médio prazo, para a queda da fecundidade no Estado da Bahia que corresponde a uma transformação estrutural na população de Salvador e de sua Região Metropolitana. Principalmente no que se refere à diminuição importante do ritmo de crescimento da população e ao aumento da proporção de pessoas de terceira idade, o que podemos chamar do processo conhecido como envelhecimento da população.

Paralelamente ao avanço da urbanização, a perda de dinamismo observada no crescimento da população total verifica nas áreas urbanas da Bahia. Nessas áreas a taxa de crescimento demográfico cai de 3,79% a.a., na década de 80, para 2,21% a.a. na primeira metade dos anos 90. Esse declínio é resultado combinado da queda da fecundidade (sabidamente mais acentuada em meio urbano), que embasam o fenômeno da crescente urbanização (NEVES, 1985). Em 2000, Salvador era o município da RMS (Região Metropolitana de Salvador) com a menor taxa de fecundidade (1,72 FTNV/mulher).

Entretanto, como afirma Brito (2006) as taxas de crescimento revelam, mesmo com o declínio evidente, no conjunto dos aglomerados metropolitanos elas continuam relativamente altas, próximas dos 2% ao ano nas duas últimas décadas. A redução da velocidade do crescimento das capitais tem sido muito mais acelerada nas áreas centrais do que a das periferias. Nessas, na última década, a população cresceu cerca de 3% ao ano, contra pouco mais de 1% no conjunto dos núcleos (BRITO, 2006). O que faz-se perceber o desafio do Estado na busca por um melhor planejamento face a essa realidade e maior acesso aos métodos contraceptivos para as famílias de menor renda. Com isso, Brito (2006, p.45) conclui que

[...] Três fatos explicam essa realidade: primeiro, a queda significativa nos níveis de fecundidade das mulheres, certamente maior nos núcleos do que nas periferias; segundo, mas certamente com maior importância, os fluxos migratórios intra-metropolitanos, com saldos favoráveis às periferias; terceiro, os saldos migratórios de cada aglomerado, com o restante do país, têm sido mais favorável às periferias. O Brasil de hoje fez da migração interna uma atividade-risco. Antes era uma alternativa para a mobilidade social, agora é uma mera alternativa para a sobrevivência. Os emigrantes potenciais existem em

abundância, o que não existem são alternativas sociais e econômicas que façam do seu deslocamento no espaço um motivo, pelo menos, de esperança.

As dinâmicas urbanas tornaram-se cada vez mais complexas, principalmente nas grandes cidades, cheias de necessidades e na sua maioria carente de planejamento adequado para o seu desenvolvimento. No caso de Salvador, a população continuará aumentando significativamente, em termos absolutos, com proporções crescentes. As relações de saturação do mercado de trabalho e os desafios para diminuir o desemprego serão temáticas cada vez mais relevantes no decorrer dos anos, graças a pressão crescente pela oferta de mão-de-obra.

1.4 A segregação social e o desemprego

Já identificados os fatores que impulsionaram o desenvolvimento urbano de Salvador, numa perspectiva econômica e demográfica, agora será relatado, em contrapartida, o desenvolvimento nas cidades da segregação social e desemprego, problemas tão intensos na capital baiana. O avanço do seu desenvolvimento capitalista a partir da década de 60, ao mesmo tempo em que acelera as taxas de criação de emprego, reativa os mecanismos demográficos e sócio-econômicos de aumento da oferta urbana de trabalho.

Neste sentido, Carvalho e Souza (1980, p.84 e 85) destacam que “a criação de empregos nos segmentos capitalistas da sua economia foi relativamente grande ao longo de um período de mais de 20 anos, porém não foi o suficiente para incorporar o estoque preexistente de mão-de-obra vinculado a atividades organizadas de modo não-capitalista, somando à oferta adicional de trabalho produzida pelo próprio desenvolvimento”. E por não acolher boa parte da população economicamente ativa, impulsionou uma parcela da população a encontrar na informalidade uma forma de sobrevivência.

O desenvolvimento econômico de Salvador impulsiona também o processo de expansão horizontal, mais acentuado a partir de 1950. Fernandes (1992) destaca que essa expansão foi condicionada pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, pelo desenvolvimento do centro e por fenômenos socioculturais particulares. As regiões da cidade, consideradas periferias, nesse período de

crescimento urbano eram vazios internos do tecido urbano e tornaram-se lugares para habitação. Até porque com a rigidez da estrutura da terra na parte central da cidade, o acesso à moradia era uma tendência predominante. O mecanismo de especulação imobiliária conferiu ao fenômeno uma intensidade muito distinta da que deveria ser a evolução natural. Por isso é visível em Salvador uma significativa segregação sócio-espacial que separa as populações mais carentes das mais abastadas pelo fator localização.

Fernandes (1992) ainda complementa ao afirmar que os investimentos públicos de infra-estrutura e planejamento urbano se intensificaram nesse período em áreas centrais, na qual habitavam as classes médias e altas da cidade, e nas de crescimento recente impulsionada pelo desenvolvimento urbano. Essas áreas eram: o Centro Histórico, Campo Grande, Barra, Graça e a região do Iguatemi. Enquanto outras áreas da cidade apesar de consolidadas não obtiveram as mesmas atenções do Estado, locais que apresentam baixa infra-estrutura e onde predominam uma população de baixa renda e de alta densidade populacional, como o caso da Liberdade, Cidade Baixa e Subúrbio Ferroviário.

Essa discussão sobre expansão urbana e segregação sócio-espacial são também abordadas por Villaça (2001, p.210), onde constata que

[...] A expansão das classes de alta renda no setor oceânico de Salvador contou com a generosa colaboração do Estado em um ambicioso sistema viário. Tal sistema inclui não apenas as vias da orla propriamente, mas também a Avenida Paralela, toda a rede de avenidas de fundo de vale que serve a região do Garcia, Brotas, Graça, Ondina, Rio Vermelho, etc. No final da década de 80, a orla recebeu grandes obras de paisagismo e urbanização e o sistema viário ao longo das praias foi significamente melhorado. No entanto, na década de 1960, acesso era precário, mas as burguesias soteropolitanas já haviam se apropriado da orla, embora nela não predominassem.

Ele ainda descreve através de uma análise histórica esse processo de expansão da cidade e segregação social. Ao afirmar que

[...] Apartir do meado do século XIX que a tendência de segregação das classes sociais se acentuou, pois na própria sociedade, com o desenvolvimento do capitalismo, as classes começaram a se definir melhor. Vitória, cada vez mais mencionada como bairro e não como arrabalde semi-rural, consolidou-se como o primeiro bairro aristocrático. Ao

mesmo tempo, inicio-se o declínio do centro, de Monte Serrat, da Penha e do Bonfim (todos ao Norte) como áreas residenciais das elites. Isso decorre das claras vantagens naturais da região da Vitória, que a todos encantava quer por suas deslumbrantes vistas, quer por sua constante e agradável brisa. Com isso, aos poucos, a extremidade norte da cidade ficou cada vez mais popular e ao sul, cada vez mais aristocrática.

Estes trechos destacados contribuem para uma percepção histórica da expansão urbana de Salvador e contatar que a formação da cidade torna-se um fenômeno em que o Estado busca priorizar as principais áreas da cidade, que por coincidência ou não, local onde predomina as classes médias e altas. Fruto da estrutura de produção capitalista, do crescimento industrial e aumento populacional, Salvador desenvolveu um problema que é freqüente nas grandes metrópoles brasileiras: as periferias, favelas e áreas densamente povoadas e sem infra-estrutura urbana adequada para uma boa qualidade de vida. Em contrapartida, é possível encontrar áreas da cidade cada vez mais promissoras e modernas, acentuando os contrastes da mesma.

Porto e Carvalho (2000) concluem que dentro do município de Salvador, as tendências de crescimento espacial da população obedecem a um processo mais avançado, ou seja, enquanto as áreas da periferia apresentam altas taxas de crescimento, as áreas centrais apresentam taxas negativas, estão perdendo população, diferentemente do conjunto da cidade que, apesar de apresentar a menor taxa regional, ainda se situa num patamar de crescimento.

A crescente taxa de incremento populacional já apresenta um quadro em que as zonas com maior concentração de população estão localizadas nos bairros, enquanto que as zonas localizadas no antigo centro representam os mais baixos índices de ocupação de pessoas, como mostra a tabela 03. A própria valorização espacial diferenciada é obtida pela conjunção do deslocamento das atividades comerciais e de serviços, juntamente com a melhoria da infra-estrutura física, da disponibilidade de terras, de políticas governamentais de investimentos e das possibilidades de emprego.

Mesmo não encontrando dados precisos do crescimento das periferias e das áreas centrais de Salvador ao longo dos anos, é possível afirmar que as áreas periféricas cresceram bem mais que as áreas centrais, contribuindo também para o crescimento da informalidade e do intenso processo de invasão dos vazios

urbanos. O processo de formação da periferia é um reflexo espacial da atual articulação entre agentes financeiros, econômicos, políticos, sociais, institucionais e ideológicos tanto na escala local como na global, articulação esta que expressa as relações entre as distintas classes sociais. É a necessidade de satisfação do problema da habitação que gera o processo de formação da periferia (FERNANDES, 1992).

Tabela 03 - Salvador – População residente por Região Administrativa: 1970, 1980, 1991, 2000 e cenário para 2015.

Região Administrativa	1970	1980	1991	2000	Cenário 2015*
RA I - Centro	118.245	110.973	93.128	85.544	76.762
RA II - Itapagipe	139.525	141.464	148.919	159.542	157.553
RA III - São Caetano	110.244	169.934	195.239	212.235	219.361
RA IV - Liberdade	166.909	183.543	180.715	188.027	187.267
RA V - Brotas	115.637	150.824	174.646	191.604	223.088
RA VI - Barra	50.333	78.738	70.155	83.834	84.729
RA VII – Rio Vermelho	107.214	147.345	165.803	155.123	157.977
RA VIII – Pituba	8.923	36.975	63.852	105.115	140.407
RA IX – B do rio/Patamares	15.227	49.952	81.415	83.075	108.341
RA X – Itapuã	18.350	49.669	132.332	175.562	225.666
RA XI - Cabula	29.874	65.175	107.774	137.764	172.113
RA XII – Tancredo Neves	13.260	71.619	155.597	189.028	253.493
RA XIII – Pau da Lima	21.881	75.485	143.479	205.017	298.926
RA XIV - Cajazeiras	3.559	10.276	99.559	118.563	153.133
RA XV – Valéria	9.600	22.391	43.216	63.640	97.120

RA XVI – Subúrbio Ferr.	68.987	127.324	217.682	245.977	308.623
RA XVII – Ilhas	9.427	10.326	1.762	6.738	9.994
SALVADOR	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.443.107	2.926.442
<p>Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 apud PDDU 2008 elaborado por Amanda, 2008. * Cenário proposto pelo PDDU.</p>					

As transformações significativas ocorridas em relação ao crescimento de Salvador começam, sem dúvida, com o aumento de sua população. Ela passou de 290 mil pessoas em 1940 para 1.502 mil em 1980. Isso significa ter mais que quintuplicado sua população – 5,1 – neste período. Esse aceleramento no ritmo de crescimento da população de Salvador é um fenômeno que pode considerar como recente, pois começou na década de 40 e persiste até os dias atuais.

As discussões sobre população e expansão urbana são fundamentais para entender a dinâmica econômica de Salvador a partir do seu desenvolvimento econômico-industrial. A cidade passou a crescer sem um planejamento adequado para atender a demanda crescente de oferta urbana de mão-de-obra e surge daí um contingente populacional que fica às margens dos setores capitalistas. Também, o fenômeno do desemprego verificado, mais intenso nas décadas de 80 e 90, não são novidades para as camadas de baixa renda da sociedade, que em sua maioria são encontradas com baixa ou nenhuma qualificação.

Salvador então se configura como uma das grandes cidades brasileiras com alto índice de desempregados, dados da SEI revelam que esse problema se agravou na década de 90, com o “inchaço” do mercado de trabalho, onde a taxa de desemprego em 1992 era de 11,78% na RMS, em 1995 cresceu para 15,08%, em 1998 para 17,17%, 2002 para 19,31% e em 2005 17,55%, apesar da relativa queda nos últimos anos. Essas taxas são impulsionadas pela estagnação econômica do país o período, atrelado à abertura econômica e as políticas cambiais adotadas na época.

A concentração de renda e a exclusão social, expressos na realidade urbana de

Salvador, têm no fenômeno da economia informal forte reflexo. Na qual a estrutura econômica e social excludentes integra as relações políticas e econômicas estabelecidas pelas autoridades locais, assim como tem influência do processo global de reprodução do capital.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA LIBERDADE

2.1 Origem, histórico e desenvolvimento da área da Liberdade no espaço urbano de Salvador

A história da Liberdade se confunde com a própria formação da cidade. Quando o Brasil ainda era um país colonial e Salvador uma das principais cidades do país, a região hoje conhecida como Liberdade ainda não apresentava uma significativa população. Entretanto, diferente de outras áreas da capital baiana, essa localidade sediou quilombos nos tempos que precederam à abolição da escravatura, com escravos fugidos da “casa do senhor”. Daí deu-se origem ao que mais tarde vai se tornar uma alternativa de moradia de outros negros que configuram até hoje o cenário dessa etnia no local.

“Estrada da Liberdade:

Há mais de meio século a Bahia assistia
À marcha vitoriosa de seus filhos
Heróis que libertaram dos caudilhos
A pátria que as ofensas resistia!

Vindo de Pirajá, com galhardia
Alcançavam embora maltrapilho
A Estrada da Liberdade... Estribilhos
De um hino de louvor o povo ouvia!

Em dois de julho, quase um ano após

De proclamada a nossa independência

Deu-se a batalha decisiva e atroz!

Hoje, rua Lima e Silva se chama

E um comércio, a crescer sem dependência

“Não consegue apagar a antiga flama...” (LIMA; 2002, p.98).

Essa poesia reproduz o que outros autores descrevem como a origem da Liberdade, que de fato se desenvolveu graças à Estrada da Liberdade, conhecida também como Rua Lima e Silva.

Porque uma grande parcela da população de Salvador veio residir nessa área, que hoje é conhecida como Liberdade? Dados históricos comprovam que a Estrada da Liberdade, antiga via da cidade, era conhecida como estrada das boiadas e sua importância histórica está atrelada à independência da Bahia. A história da via é destacada por Silva (2005), na qual explica que foi quando o “exercito nacional” adentrou por essa via, no dia 02 de julho de 1823, proclamando a independência da Bahia e consolidando o fim do domínio português no Brasil, daí a localidade passa a ser chamada de Liberdade. Nesse contexto, a Fundação Gregório de Matos (2005) complementa que há vários séculos quilombos já compunham a paisagem daquele que viria a ser considerado o maior reduto da cultura negra na cidade. E, segundo o jornal Bahia Hoje, 08/06/1997, a Estrada das Boiadas também remete aos animais das fazendas da Igreja Católica, que arrendou as suas terras aos primeiros moradores da Liberdade.

Pelos dados do trabalho realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador (1993), essa localidade situa-se na porção noroeste da mancha urbana tradicional de Salvador, a antiga Estrada das Boiadas, hoje Liberdade, foi passagem de gado para o primeiro abatedouro da cidade. O povoamento da área é caracterizado pela presença de negros libertos. Mas recentemente, o primeiro núcleo do bairro foi constituído pela invasão do Corta Braço, também considerada a primeira invasão registrada na cidade. Até o começo desse século o povoamento da Liberdade foi intensificado pela ocupação gerada na concentração de indústrias na área da calçada (área conhecida como Cidade Baixa) (PREFEITURA

MUNICIPAL de SALVADOR, 1993).

Com relação à sua estrutura física, Dórea (1999, p.43) constata que “naquele bairro existe todo um conjunto de ruas cujos nomes estão ligados à atividade do comércio e o abate do gado. Foi ali que se hasteou pela 1ª vez na Bahia a bandeira brasileira, pelo alferes José Adrião, na Fortaleza do Barbalho, sendo saudado “com dois tiros de peça””. Nesse contexto pode-se entender que a área da Liberdade não configura uma região de ocupação recente e caracteriza-se por particularidades que contribuem para a compreensão da sua atual realidade.

Valendo-se de várias hipóteses sobre o crescimento urbano de Salvador e da Liberdade, Teixeira (2005, p.203) constata que

[...] A introdução do transporte coletivo modificou inteiramente as opções residenciais. Assim os bairros foram aos poucos adaptando suas ruas e/ou criando outras para a chegada do bonde. Quando a energia elétrica e os primeiros bondes elétricos foram instalados, a cidade começou a formar o contorno que tem hoje. No lado norte, a grande modificação foi a energia elétrica e o bonde da chamada linha 8, o bonde da Liberdade. Realmente aquelas roças ganharam tradução urbana com os benefícios da eletricidade. A Estrada da Liberdade, que era uma simples estrada, passou a ser inserida num bairro com muitas subdivisões. O “bairro” Corta-Braço, que hoje se chama Pero Vaz, foi o maior de todas elas.

Esse trecho revela uma maior compreensão do processo de expansão urbana da área da Liberdade no início do século XX. Com isso, segundo a Imprensa Oficial da Bahia, 1960, por muito tempo, a expansão de Salvador apresentou-se de forma modesta, ocupando, linearmente, as cumiadas, nos três primeiros séculos. A população aumentava de forma discreta, o espaço aos poucos se torna ocupado, mas no meado do século XX, com o crescimento populacional de Salvador é que a expansão da cidade se configura significativamente. Situação que se reproduz também na Liberdade, como mostra a tabela 03.

A área da Liberdade configura como uma das áreas onde reside uma parcela significativa dos negros de Salvador. Como reflexo de um problema social, muitos negros no país e na área em questão tiveram pouco acesso às oportunidades de crescimento econômico oferecido pela cidade. Essa área apesar de se localizar próximo ao centro histórico, sempre se configurou como uma região de população de baixa renda, graças ao perfil dos moradores locais. O jornal Correio da Bahia

(22/04/07, p.08) expõe uma reflexão sobre o crescimento, rotina e o perfil dos novos e velhos moradores dessa região durante o século XX, ao constatar que

[...] Terreiro de um dono só, o barracão do mestre Waldemar era um pequeno mundo de capoeira Angola incrustado no bairro da Liberdade, precisamente na Favela do corta-braço, a primeira invasão de terras da antiga Salvador. Lugar de encontro e entretenimento, não se pagava nada para adentrar o local, símbolo maior da vadiação em meados do último século. A roda de capoeira era simples pretexto para a comunhão. Como evento social, as tardes de domingo seduziam a população negra e pobre da Liberdade, mas também artistas, intelectuais, jornalistas e estrangeiros. Os recém-chegados ao corta-braço podiam finalmente retornar ao convívio social. Desconhecidos entre si, longe de suas origens, a grande leva de sem-tetos, operários e estivadores que ocupam a primeira favela de Salvador, tinha no Barracão seu centro de ressocialização. A campanha de invasão e assentamento no local teria sido executada sob a égide do então partido Comunista Brasileiro (PCB).

O crescimento das invasões na região se intensificou a partir da década de 1950. Tal fato se deve a maior acessibilidade, pelo seu preço, de moradia e terrenos, como ao sítio privilegiado, entre o centro da cidade e a embocadura da rodovia, ligando também a cidade baixa pelas ladeiras e ascensores. A região é uma zona nitidamente operária, com proletarização cada vez mais caracterizada à medida que nos dirigimos para o Norte da cidade (IMPrensa Oficial da Bahia, 1960). Vale ressaltar que o processo de invasão decorrente dessa expansão urbana configurou numa área sem planejamento urbano adequado, ao qual representa uma das principais características da localidade: ruas estreitas e longas; moradias geminadas e pouco ou praticamente nenhum espaço de lazer e recreação.

Como Salvador não tem uma legislação que delimite a cidade por bairros, então a área da Liberdade encontra-se inserida no Subdistrito de Santo Antonio pelo livro Leis e Decretos de 1960. Para a Prefeitura de Salvador (1993) a grande Liberdade, inclui “micro bairros” como: o Curuzu, Lapinha, Pero Vaz, Japão, São Cristóvão, Guarani, Sieiro e Avenida Peixe. Dada às vantagens de localização e melhor acessibilidade que os demais bairros de baixa renda, a Liberdade tornou-se uma área de grande densidade demográfica e com forma de urbanismo bastante peculiar. E pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano na Lei

7.400/2008 revoga a área em questão como Região Administrativa IV.

Encontra-se no livro “Nomenclatura oficial dos Logradouros do Salvador” que a Estrada da Liberdade tinha denominação anterior de Rua Lima e Silva, em que data de 16/11/61, e depois restabelece denominação, com número de ordem: 0532. Localiza-se entre os Largos da Lapinha e do Tanque (ver mapa 02).

Com isso, a Fundação Gregório de Matos (2005, p.4) conclui que

[...] Difícil determinar o espaço físico ocupado pelo bairro e os seus limites geográficos. Na confluência das ruas, becos e ladeiras, a Liberdade expande continuamente seus domínios, agregando locais como Japão, Queimadinho, Sieiro, Curuzu, Guarany, Estica, são Lourenço e Favela. O crescimento desordenado torna impossível dizer exatamente aonde o bairro termina e aonde começam os territórios vizinhos do Pero Vaz, Cidade Nova, Pau Miúdo e Caixa D'Água.

2.2 Estrada da Liberdade: componentes do espaço

Na localidade da Liberdade encontra-se uma vida comercial e financeira independente, com uma rede de bancos e uma infinidade de lojas e ambulantes na via principal na Avenida Lima e Silva (atualmente chamada de Estrada da Liberdade). Esta via, por concentrar importantes equipamentos da área, contribui para atrair um intenso grupo de camelôs e ambulantes, que já fazem parte integrante da paisagem local. A identidade negra é bastante significativa, onde abriga diferentes grupos afros, como o Vulcão da Liberdade, O Muzenza, o Ilê Aiyê, dentre outros. Porém sua realidade social e econômica não é tão interessante, com uma alta densidade populacional, essa localidade apresenta alto índice de desemprego, baixo nível de renda da sua população e também poucos equipamentos de lazer, que melhore a qualidade de vida da sua população.

Para a realização do estudo deste trabalho, foi realizada pesquisa sobre o intenso comércio ambulante existente nessa via. Como ela é bastante extensa, baseado nos setores censitários do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE foi efetuado uma poligonal de criação. A poligonal abrange desde Plano Inclinado até a entrada da Rua Pero Vaz, isso porque é nesse trecho que existe a

maior concentração do comércio ambulante na calçada, fato que dificulta o ordenamento do espaço urbano.

Para o IBGE, existem 25 setores censitários que formam o “bairro” da Liberdade, dentre esses, os que circundam a Estrada da Liberdade são 21 setores. E para a poligonal de criação que se encontra dentro dessa via são 9, são eles: 94; 95; 96; 100; 141; 142; 144; 145 e 148, visto no mapa 02.

Dentre os principais equipamentos urbanos existentes na Estrada da Liberdade tem-se: o Colégio Duque de Caxias, pois é marco do ensino médio da Liberdade, com suas 30 salas de aula, o colégio existe desde 1938; A única igreja de Salvador dedicada a São Cosme e São Damião, e uma das cinco do Brasil, considerados padroeiros da Liberdade; centro de saúde conhecido como terceiro centro. A Feira do Japão – ninguém sabe ao certo porque esse nome, uma explicação é que funciona todos os dias, sem horário específico, mas o certo é que ela tornou-se ponto tradicional da localidade. É possível encontrar variados tipos de frutas e legumes, situada na Rua Gonçalo Coelho, uma transversal da via principal.



Foto 01 – Colégio Duque de Caixas
São Damião



Foto 02 – Igreja de São Cosme e



Foto 03 – Frente do Plano Inclinado Foto 04 – Feira do Japão

As fotos 01, 02, 03, 04 foram realizadas por Amanda Santos em 2008.

Complementando a descrição dos equipamentos existentes na via de estudo tem-se o Plano Inclinado. Segundo Dórea (1999) um dos mais recentes equipamentos de transporte da cidade que foi inaugurado em 13 de março de 1981, sendo conhecido como Plano Inclinado Liberdade/Calçada. Esse equipamento veio fazer a interligação da região da Liberdade com a zona comercial da Calçada, na qual o advogado Cosme de Farias, foi quem apresentou o projeto daquele equipamento implantado tempos depois pela CONDER (DÓREA, 1999).

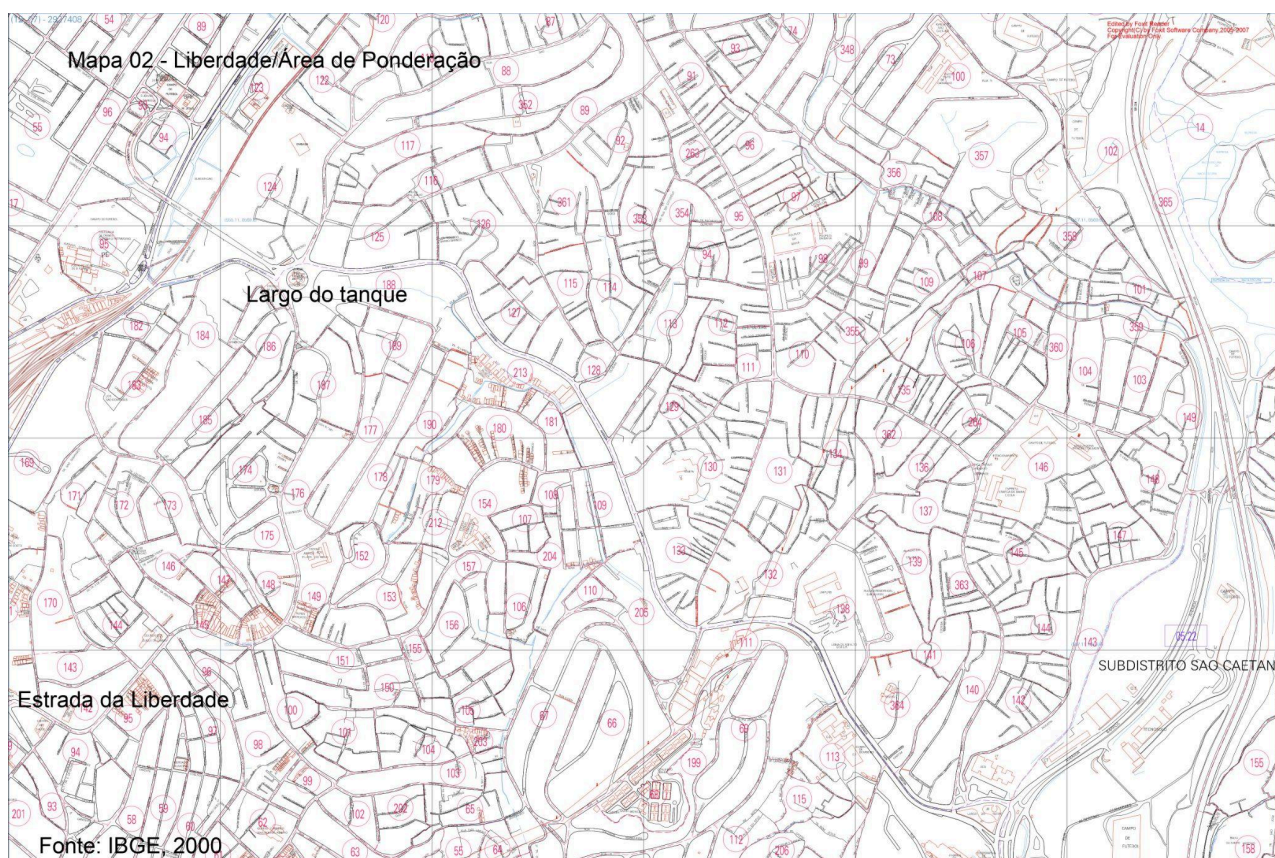
E com relação a sua capacidade, Ribeiro (1994) explana que esse equipamento tem capacidade para transportar 54 passageiros cada carrinho e faz o percurso de 136 metros em 56 segundos. O seu nome original é Plano Inclinado Cosme de Farias, que foi instituído pela lei nº. 3.151 de 20 de agosto de 1981. Vale ressaltar que, além desses marcos, existe uma série de pequenas e grandes lojas, serviços variados e um intenso comércio informal no local, onde configuram a reprodução do espaço urbano, gerada por um processo econômico, social e político.

2.3 Densidade demográfica e inserção definitiva da atual estrutura urbana da Liberdade

A Região Administrativa da Liberdade, onde está inserida a área de estudo,

pelos dados do PDDU-2008 tirados do censo do IBGE-2000, apresenta uma população de 188.027 habitantes, com previsão para 2015 de 187.267 habitantes, ou seja, um recuo da população nessa localidade. Essa perda de população pode ser explicada pelo fato da área já ter ocupações consolidadas por todo seu território.

As populações das grandes cidades, como no caso de Salvador, naturalmente efetua uma migração interna no município, situação esta que pode explicar esse recuo populacional. Outro fato que pode explicar esse fenômeno é que a área encontrar-se extremamente adensada e sem vazios para sua expansão, além dos fatores socioeconômicos e demográficos naturais no atual processo de desenvolvimento da cidade. Vale ressaltar que, a Região Administrativa em questão tem uma Área de 720 (HA) com uma densidade populacional que em 2000 apresentava-se com 261 hab/m², uma das maiores de Salvador e com previsão para 2015 de 260 hab/m² (PDDU, 2008).



Com relação à distribuição de equipamentos de lazer a Liberdade apresenta somente três tipos: praças, largos e shoppings. Para efeito de comparação a AR II (Itapagipe) com uma população de 159.542, pelo censo do IBGE-2000, apresenta 25 praças (42.805,84 m²), além de largos, jardins, mirantes, praias, clubes, shoppings, marinas, casas de espetáculo, casas culturais.

Uma questão já descrita anteriormente é as invasões, tão comum em boa parte da cidade de Salvador e da localidade de estudo as invasões, Braga (1994, p.9) através de várias hipóteses conclui que

[...] o fenômeno foi intensificado nas duas últimas décadas, fato que corresponde ao avanço da capitalização do espaço urbano, e a conseqüente exclusão de parte expressiva da população trabalhadora de acesso a esse mercado. As invasões contribuíram, em Salvador, para o crescimento da malha urbana, à medida que o controle rígido por parte do capital imobiliário das porções centrais e das áreas valorizadas empurra os trabalhadores, enquanto reivindicações vitoriosas por equipamentos coletivos levam a valorização da área intermediária e, conseqüentemente, ao favorecimento do capital imobiliário. A população das invasões tem um perfil de morador/trabalhador que atua na construção civil, operário não qualificado, funcionários públicos, trabalhadores do setor terciário, trabalhadores informais, subempregados e desempregados.

Por ser uma área de alta densidade e bastante adensada, com habitações, na sua maioria, de autoconstrução e representada por vias bastante estreitas e inclinadas, é visível a dificuldade que existe em reurbanizar e qualificar a realidade urbana da Liberdade. Segundo Acioly (1998) densidades urbanas afetam diretamente processos de desenvolvimento urbano tanto ao nível da cidade quanto do bairro. Locais com alta densidade, geralmente, apresentam congestionamentos, a falta de espaço de lazer, a baixa qualidade ambiental, saturação do espaço, criminalidade, sobrecarga na infra-estrutura. Por outro lado, são também afetadas por imperfeições das políticas de habitação e fundiárias urbanas, por ineficiência de gestão e planejamento urbano (ACIOLY, 1998). Característica muito comum na área de estudo.

Na foto 05 de 1976, a região já era bastante adensada, mesmo Salvador apresentando um avanço do capitalismo ainda recente e a foto 06, de 2002, traduz a manutenção e ampliação das ocupações dos poucos espaços vazios existente. Entretanto, apesar das áreas de alta densidade apresentarem uma série de problemas, existem vantagens que podem ser aproveitadas e

incorporadas a realidade local. Como o uso eficiente da oferta de infra-estrutura, uso eficiente da terra, vitalidade urbana, geração de receitas, facilidade de acesso aos consumidores, maior acessibilidade ao emprego.



Foto 05 – Vista aérea da Liberdade (1976), fonte - CONDER



Foto 06 – Vista aérea da Liberdade (2002), fonte - CONDER

Com relação à via de estudo, no PDDU (2004) ela é considerada um dos principais corredores de transporte coletivo da cidade, onde passa 99 ônibus/hora e sua extensão abrange cerca de 2 km. Os números de linhas convencionais são 24. Com isso, o PDDU pela Lei 7.400/2008 já a identifica como um corredor regional, ou seja, uma via que interliga diferentes regiões dentro da cidade.

CAPÍTULO 3 – O COMÉRCIO INFORMAL NA ESTRADA DA LIBERDADE

3.1 Discussões recentes sobre a informalidade na conjuntura econômica atual

Os processos de urbanização da sociedade brasileira trouxeram para as cidades uma nova dinâmica, com crescimento populacional e expansão urbana sem adequado planejamento. As grandes cidades tornaram-se pólo atrativo, porém as áreas urbanas não conseguiram atender à grande demanda de pessoas em busca de oportunidade no mercado de trabalho formal – o que recolhe as contribuições à Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo e Serviço, além de outros direitos do trabalhador. A falta de oportunidade nas cidades contribui para o fortalecimento da economia informal, sem registro, onde grande parte da população foi inserida.

O surgimento do comércio informal é a prova de que os setores econômicos urbanos modernos não têm capacidade de gerar melhores e suficientes empregos para uma grande massa da população, considerado como resultado não desejado, na qual as ações efetivas para seu controle são bastante complexas e exige uma transformação na estrutura econômica do país. Fato constatado por Cavalcante e Duarte (1980, p.20) ao afirma que “na primeira metade da década de setenta, as indústrias da região metropolitana de Salvador abriram menos de 20 mil vagas de trabalho, contra um saldo migratório no período, apenas na capital, de 123 mil pessoas”.

A geração de empregos industriais somente não é insuficiente para diminuir o “exército de reserva” gerado pelas migrações, pois jamais é possível pensar que a oferta e demanda de trabalho estejam equiparadas. O crescimento do desemprego na capital baiana foi impulsionado pela nova dinâmica capitalista incorporada pela economia nacional e local, com as políticas macroeconômicas restritivas de combate à inflação, mudanças no padrão tecnológico e enxugamento de seus quadros, aumento da mão-de-obra por tempo parcial, por tarefa, temporariamente ou ainda terceirizada e subcontratada, entre outros.

O processo de urbanização e industrialização, como já relatados neste trabalho, impulsionaram o crescimento demográfico nas grandes cidades graças, dentre outros fatores, ao êxodo rural. A cidade de Salvador, após esse processo de desenvolvimento econômico, fez crescer de forma significativa o setor terciário, que se tornou um setor importante na sua economia. A partir da década de 1980 fica mais claro o “inchaço” desse setor, com o desenvolvimento de atividades informais do tipo comércio ambulante, pequenos prestadores de serviços, empregado doméstico remunerado e das feiras.

A preocupação desse estudo é analisar as atividades econômicas característica de rua, onde a localização do comércio e serviços depende exclusivamente do espaço público. A atividade informal que segue esses critérios são os ambulantes ou “camelôs”, como também são chamados, constatado como um mercado paralelo. A revista eletrônica Caminhos da geografia com o artigo “O comércio e serviços ambulantes: uma discussão” (2009) expõe a predominância de três tipos dessa atividade: o ponto móvel (barracas e pequenas bancas desmontáveis), em circulação (com carrinhos de mão, tabuleiros, etc.), e por fim, ponto fixo, ou seja, barracas não removíveis.

O tipo de comércio ambulante mais característico da área de estudo é o do ponto móvel, onde a banca desmontável é a mais comum. Sua localização predomina na calçada e nos logradouros circunvizinhos da Estrada da Liberdade, porém observa-se uma maior concentração no trecho entre o Plano Inclinado e a Rua Pero Vaz, como mostra o mapa 03 – área de estudo. Essa localização estratégica pode ser explicada por esse espaço está localizado na parte privilegiada e numa área central que possibilita maior circulação de pessoas, além do intenso comércio formal in loco.

O trabalho realizado pelo Governo Municipal de Curitiba (1985, p.2) identifica que

[...] a disputa pelo espaço físico a ser ocupado é uma preocupação, uma vez que são diversas categorias de vendedores ambulantes nos pontos de maior fluxo. O comércio convencional, por outro lado, rejeita os ambulantes, alegando concorrência e reivindicando medidas que venham disciplinar ou impedir a concentração de camelôs e artesãos em frente às suas lojas, enquanto a população de um modo geral reivindica maior facilidade de tráfego e circulação nas ruas mais movimentadas devido ao acúmulo de vendedores, ressaltando os aspectos estéticos e higiênicos dessas ruas.

Este trecho expõe os principais conflitos comuns nas grandes cidades brasileiras, onde a atividade ambulante se manifesta de forma significativa. O crescimento dessa atividade nas grandes cidades tem ligação direta com as poucas ofertas de trabalho no mercado formal, face à conjuntura das crises econômicas na década de 80 e 90. A conjuntura econômica brasileira fez crescer o endividamento interno e externo do Estado, o que provocou uma crise que combinou inflação e desaquecimento da economia. A indústria baiana sofre diretamente com esse processo, a abertura da economia implica numa penetração de novas tecnologias que tiveram impacto na economia local, graças às modificações na estrutura organizacional das empresas, além do acesso a novas tecnologias. Contribuíram assim, para diminuição do número de funcionários, inclusive a inserção significativa da mulher no mercado de trabalho fizeram aumentar a demanda por novos postos de trabalho (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Foi realizada uma pesquisa detalhada para o PDDU do município de Salvador (2000) acerca do trabalhador informal com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico deste trabalhador na cidade, das conclusões identificadas no trabalho foi observado que a informalidade está concentrada nos setores de Comércio, Serviços Domésticos, Serviços de Alimentação e Construção Civil, além das atividades de Limpeza e de Oficina Mecânica. Consta também que, os trabalhadores informais de Salvador exercem sua atividade principal, sobretudo na própria residência, em barraca ou banca e ainda sem instalações fixas (em local público ou de porta em porta).

[...] O trabalho informal tem sido associado à exclusão ou marginalidade social. Esta associação tem por fundamento uma visão dualista do mercado de trabalho urbano nos países subdesenvolvidos, que se difunde a partir de pesquisas realizadas nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial. Segundo o modelo padrão, as cidades do “terceiro mundo” têm uma economia dividida em duas esferas ou circuito. Há, de um lado, uma economia capitalista moderna e dinâmica, assentada no trabalho assalariado e na grande empresa, transparente porque baseada em transações legais. Existe, de outro, uma economia atrasada e estagnada, fora de controle estatal, alicerçada no trabalho por conta própria e em transações mais ou menos ocultas. Esta última se expande com a incapacidade da primeira para absorver a força de trabalho disponibilizada, nos países

subdesenvolvidos, por um forte êxodo rural e por altas taxas de expansão demográfica (PDDU; 2000, p.19).

O trecho acima expõe como o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pela enorme diferença de renda, que Santos (2004) traduz como uma tendência à hierarquia das atividades que coexistem da mesma natureza, mas de níveis diferentes. Então há dois circuitos econômicos: o “circuito superior” e o “circuito inferior”, onde para Santos (2004) não se processa só na economia, mas também no espaço. Para o autor esses dois circuitos estão articulados entre si. Porém a diferença fundamental entre as atividades desses dois sistemas está nas modalidades de capital, tecnologia e organização, sendo que o circuito inferior tem uma relação de dependência com o superior.

A partir dos anos 90 o desenvolvimento do comércio informal já não é mais impulsionado pelas migrações do campo para a cidade diminuem e a expansão demográfica também, o que deixa agora de ser o principal fator do aumento da informalidade. Em contrapartida, as mudanças na estrutura etária ou no modelo familiar da população das grandes cidades ganham novo peso. Há uma informalidade como movimento de resistência do empreendedorismo popular, face à pressão reguladora do Estado.

A maior integração da economia nacional no processo de globalização, o peso cada vez maior da tecnologia como insumo produtivo e fator de desenvolvimento, a mudança na natureza do trabalho, com o crescimento da demanda por novas habilidades profissionais, crise financeira do Estado, com o aumento da importância relativa dos setores privado e público não-governamental (“terceiro setor”), e as mudanças do perfil demográfico e social da população são fatores que configuram para a nova divisão social do trabalho no país.

Portanto, a informalidade evoluiu como fruto das mutações (ou da crise) do capitalismo no final do século XX. Isso porque, uma parcela da economia informal é vista como resultado da reestruturação produtiva, forçada pela atual revolução tecnológica e pela desregulamentação de mercados. Essa modernidade global se materializa em novas relações de produção e trabalho: flexibilização, subcontratação, organizações e operações virtuais, redes de pequenas empresas, além do aumento da precarização do trabalho.

Dentre as diferentes formas de subdividir a economia informal, submersa em algo mais amplo, o PDDU (2007) a categoriza em pelo menos quatro formas que podem se superpor:

- Economia ilegal, que engloba produção e distribuição de bens e serviços proibidos (tráfico de drogas, jogo clandestino, produtos pirata e outras atividades);
- Economia não declarada, que inclui a produção e comercialização sem registro de empresas formais, visando à sonegação fiscal, o não pagamento de encargos sociais etc.;
- Economia não computada, que abrange as atividades econômicas não consideradas como produtoras de valores de troca (trabalho, familiar doméstico, auto-serviço, agricultura e outras);
- Economia informal propriamente dita, que compreende as atividades e transações que se realizam – integral ou parcialmente – fora da cobertura do sistema legal existente, isto é, à revelia dos contratos de trabalho, dos sistemas de seguridade social, das licenças de funcionamento, etc.

O foco desse estudo se limitará a analisar a informalidade apresentada no espaço urbano como o reproduzido no espaço público da Estrada da Liberdade, que é o comércio camelô/ambulante, também chamados de semilegalizados, como define o PDDU do município de Salvador 2000. Atividade essa que comporta uma reunião de trabalhadores em geral de baixa escolaridade, com ocupações precárias, associadas em geral à pobreza e a exclusão social – os informais excluídos. (PDDU, 2000).

Ao lado do aumento nas taxas de desemprego, observa-se um aumento nos já elevados níveis de informalidade: de 38,7% em 1987/88 para 43,0% em 1996/98 dado do PDDU (2000), fato que acompanhada de uma mudança no seu perfil, com a incorporação crescente de segmentos de trabalhadores mais escolarizados, expulsos do segmento formal do mercado de trabalho ou que sequer conseguiram nele se inserir. A evidente saturação do mercado de trabalho na capital, cuja incapacidade estrutural de gerar postos de trabalho em número correspondente à oferta vem sendo fortemente acentuada pelas mudanças

provocadas pela reestruturação produtiva e pelas baixas taxas de crescimento da economia.

Para Carvalho e Souza (2006) o pequeno comércio não-capitalista atinge áreas de mercado que não interessam ao comércio capitalista, pela baixa renda das suas populações. Suas características criam condições para um consumo mínimo, de certos produtos do setor capitalista por camadas que, de outra forma, não teriam acesso aos mesmos. Pela existência de uma massa de pessoas na cidade com baixos salários e vivendo de atividades ocasionais ao lado de uma minoria com renda elevada.

Daí surge as diferenças qualitativa e quantitativa de consumo, que segundo Santos (2004) são a causa e o efeito da existência e da manutenção nas cidades de dois circuitos de produção, distribuição e consumo. O mercado de ambulantes existente no espaço urbano da Estrada da Liberdade, considerado de circuito inferior, tem uma significativa demanda, pelo fato de atrair uma grande massa existente nas proximidades e que consome desse circuito.

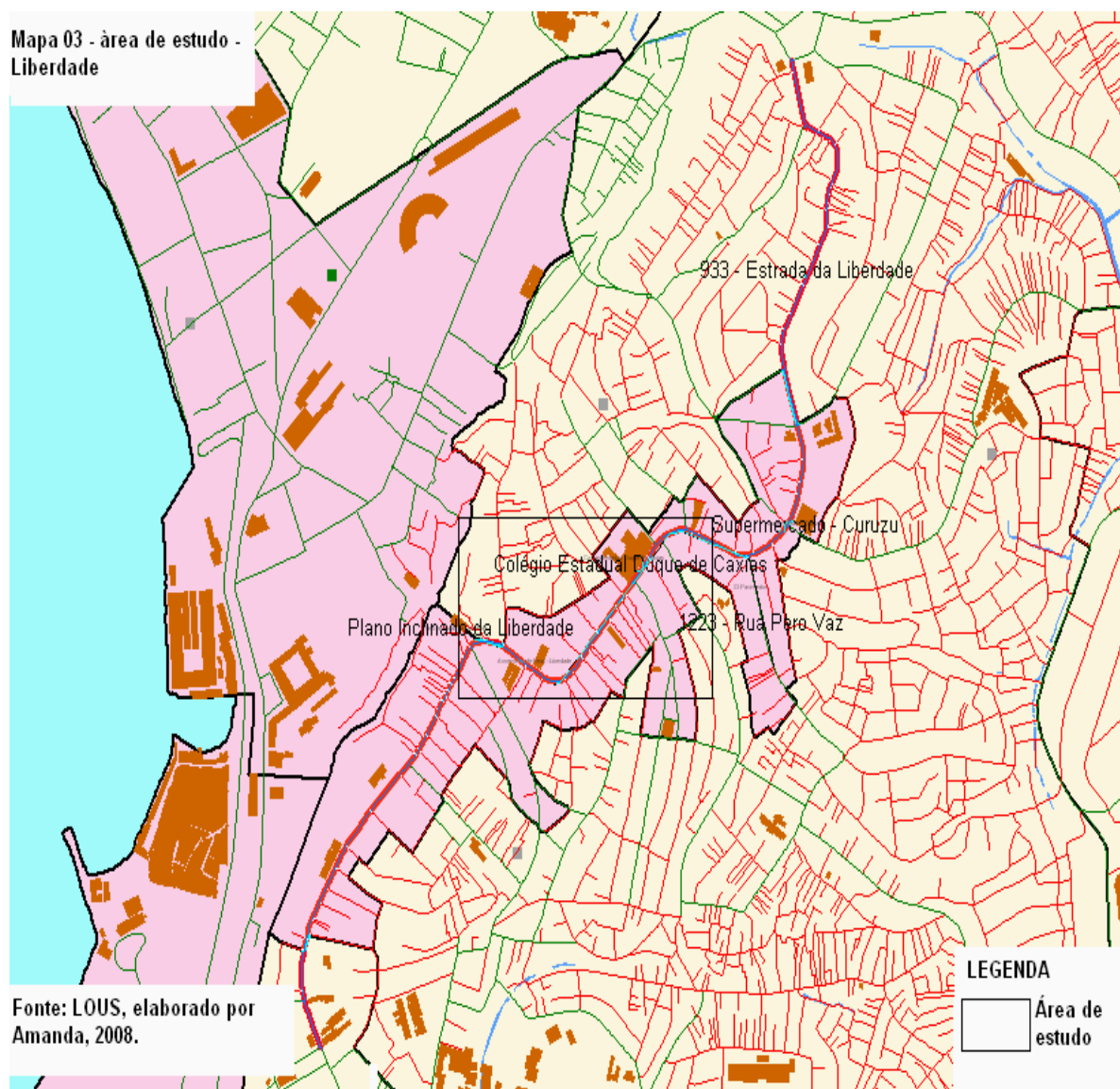
O vendedor ambulante/camelô evolui com o crescimento populacional e o desenvolvimento das complexas relações sociais no meio urbano, o que levam a desempenhar funções e possibilita o surgimento de atividades que não existiam para os trabalhadores do próprio setor informal, contribuindo para compor uma diversidade cada vez maior do setor. O processo de reestruturação produtiva entra diretamente no espaço da cidade e na dinâmica urbana da mesma, fazendo parte direta dessa nova realidade. Assim os locais escolhidos por esses trabalhadores, geralmente as praças públicas e as calçadas, próximo aos centros comerciais ou a lugares de grande fluxo de pessoas, passam a disputar com outros trabalhadores legalmente estabelecidos.

O que torna um desafio para o futuro das cidades estabelecer uma lógica adequada para a reprodução da atividade ambulante, já tão enraizada na paisagem urbana. Pois, esses trabalhadores são um dos focos principais nas importantes discussões sobre uso do espaço urbano, sem deixar de pensar em todo o processo de globalização, flexibilização trabalhista, desemprego entre outros fatores que compunham todo processo. O ambulante estabelece então um novo uso do espaço urbano ao oferecer seus produtos nas vias públicas.

O discurso oficial do Estado ao tratar a temática é regularizar a atividade para

melhorar seu ordenamento, como já é verificado, através de cadastros dos trabalhadores e participar das suas relações econômicas do processo produção. Porém, o capital já está inserido na produção informal e a presença direta do Estado irá ainda mais contribuir para que a informalidade fique mais subordinada ao comando do processo de produção capitalista.

3.2 O ordenamento do comércio informal na Estrada da Liberdade e a Legislação



Ao fazer o estudo de caso na Estrada da Liberdade foi realizado um roteiro de entrevistas, que se encontra em anexo, com dois segmentos distintos: o trabalhador ambulante e representante das lojas locais. O objetivo da entrevista é visar uma pesquisa qualitativa, na busca de identificar como os freqüentadores

locais interpretam essa área tão adensada de ambulantes e que enfrenta problemas urbanos evidentes. A pesquisa de campo foi realizada com 20 questionários: 10 ambulantes e 10 lojistas, sendo que dentre os lojistas houve uma preocupação de fazer a pesquisa com representantes de estabelecimentos mais antigos, que conheçam melhor a realidade que a via já apresentou há alguns anos e hoje. Dentre os problemas urbanos visíveis no local pode-se constatar: os congestionamentos, intenso fluxo de pessoas, que com a presença do ambulante na via, ficam impossibilitados de transitar pela calçada, além da paisagem urbana desordenada, poluição sonora e visual.

Na pesquisa com os ambulantes observa-se que muitos já tinham mais de 30 anos de idade, de ambos os sexos e enxergam a atividade como forma de sobrevivência. Todos percebem a necessidade de um ordenamento do espaço utilizado por eles e percebem também que os transeuntes são os mais prejudicados pelo uso da calçada local, porém estão satisfeitos com o local em que se encontram.

Os lojistas que participaram da pesquisa não enxergam a presença do ambulante como um problema direto, mas uma atividade que compõem a vida urbana daquele espaço e não imaginam a via sem a presença dos mesmos. Dentre as maiores necessidades destacada pelos lojistas seria: um maior ordenamento do uso do espaço, relocação de parte dos ambulantes nas vias laterais ou a criação de um ponto estratégico para amenizar os problemas urbanos presentes no local. A localização de ambulantes num determinado trecho da via reforça a estrutura de centralidade, visto que eles não se apresentam de forma eqüitativa por toda a via.

Com relação à legislação incidente para a atividade no município de Salvador foi identificado pelo Diário Oficial do Município através dos Atos do Poder Legislativo (1998) como exemplo para entender como funciona esse processo. Dentre as diretrizes, encontra-se a definição do comércio ambulante como uma atividade profissional exercida por pessoa física, em logradouro público. Já o vendedor ambulante é a pessoa física que exerce diretamente a atividade, por sua conta e risco, com uso de equipamentos padronizados pela prefeitura.

Nos artigos Lei Nº 5.380/98 e 5.381/98 doa Atos do Poder Legislativo expõe a autorização para a exploração desta atividade, em logradouro público, através de

um acordo com as normas vigente. A autorização e fiscalização dessa atividade é competência da Secretária Municipal de Serviços Públicos - SESP, através da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização de atividades, órgão que define os critérios de seu funcionamento, localização e tamanho das barracas. A legislação também exige do ambulante seguir uma série de critérios estabelecidos para realização de sua atividade, como uma seleção de produtos que não podem ser comercializados, os critérios e deveres que devem ser seguidos para que o trabalhador possa reproduzir sua atividade. Essa Lei pode ser modificada a partir do qual o órgão competente identifique como necessária.

Dentre as soluções comumente encontradas pelos municípios para minimizar o comércio informal nas vias, praças e largos da cidade, relatado por um trabalho feito pela Prefeitura Municipal de Salvador - PMS (1997) visa promover a retirada dos ambulantes das vias públicas e sua instalação em terrenos públicos ou privados; fazer com que estes grupos tenham um patrimônio físico e material próprio; incorporar o comércio informal a um regime mais estável e seguro o que também acarreta diversos benefícios não só aos principais envolvidos como também a comunidade e o estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1997). Além disso, as medidas de curto prazo normalmente são utilizadas na padronização, de modo a compor uma imagem ambiental mais adequada e cadastramento das barracas e dos ambulantes, respectivamente.

Pela pesquisa realizada pela PMS (1997) nas 16 áreas de concentração de comerciantes informais na época, revelou que a maioria das pessoas que circulavam, por estas áreas é cliente destes comerciantes, não aprovava a relocação, porém conclui que por comercializarem mercadorias mais baratas faria com que a clientela os acompanhasse para onde fossem. Há também uma reivindicação da população dessa mesma pesquisa pelo fato do desordenamento urbano causado por esta atividade, onde se identifica uma série de problemas causados pelo uso inadequado do espaço urbano: depredação da infra-estrutura, poluição sonora, acúmulo de lixo, ocupação total dos passeios colocando em risco a vida dos pedestres, obrigados a transitar nos espaços dos veículos, descaracterização dos marcos urbanos, entre outros.

Para que se possa efetuar uma relocação dos ambulantes de um determinado lugar para outro pré-estabelecido existe um processo complexo que exige a sua

realização. Para que essa intervenção se torne benéfica deve-se seguir alguns critérios como os estabelecidos pela PMS (1997) através de sua proposta de intervenção: integração urbanística (para melhorar as condições de acesso e circulação no entorno do local relocado); equipamentos e componentes urbanos, estacionamentos, sanitários, vestiários públicos e equipamentos de apoio, passeios e jardins, gerenciamento da área, infra-estrutura e freqüente fiscalização.

3.3 Perfil do trabalhador, tipos de equipamentos e atividades desenvolvidas

O PDDU (2000) afirma que os trabalhadores informais de Salvador exercem sua atividade principal, sobretudo na própria residência, em barraca ou banca e ainda sem instalações fixas (em local público ou de porta em porta); estes mesmos trabalhadores operam em pequena escala ou em pequenos estabelecimentos, mais frequentemente sozinhos, em menor proporção com familiares e sócios. A informalidade é mais concentrada nos setores de comércio, serviços domésticos, serviços de alimentação e construção civil.

Atualmente o perfil do trabalhador informal é aquele que em sua maioria encontrou nesse mercado a oportunidade de fazer renda. Há uma maior informalidade nos mais jovens, podendo ser justificada pela informalidade parecer ser uma condição temporária, própria de um primeiro contato com o mercado de trabalho ou uma condição permanente de ocupação, configurando uma inserção no mercado, estratégia de sobrevivência (PDDU, 2000). Levando em consideração o perfil dos moradores da área de estudo ser considerados como baixa renda, é muito provável que boa parte dos seus ambulantes atue na Estrada da Liberdade, como foi diagnosticado pelo roteiro de entrevista. Não existem dados específicos que possam confirmar o fato, assim como não existem dados precisos atuais que possam contribuir para identificar o perfil dos ambulantes existentes in loco.

Santos (2007) distingue, a grosso modo, três tipos de vendedor ambulante. O tipo clássico: aquele que trabalha por conta própria, pagando á vista a totalidade ou uma parte de suas mercadorias, porque nem sempre é possível reunir a soma necessária para anular a dívida e porque, em todo caso, o fato de estar

endividado permite a manutenção do crédito. Outros recebem mercadorias em consignação. Estes, ao fim de cada dia desenvolvem aos depósitos vizinhos a mercadoria não vendida; e uma outra parte dos ambulantes trabalha diretamente para os atacadistas ou fabricantes sem ser assalariados (SANTOS, 2007).

Dados da SESP (2008) mostram que pelo último cadastramento realizado estão registrados na Via Estrada da Liberdade 253 ambulantes, sendo que com a requalificação das barracas realizada pela Prefeitura Municipal de Salvador neste mesmo ano existem foi identificado 202, podendo ocorrer alterações caso a SESP determine como necessário. Pelas informações apresentadas pela Secretária existe uma grande dificuldade em efetuar uma fiscalização precisa dos ambulantes do local e com isso esse número não é preciso.

Além disso, confirma-se também que os principais equipamentos utilizados para a execução da atividade de ambulante existentes na via são: Banca desmontável, como mostra a foto 07, banca de chapa e carrinho. E com relação às atividades, o seu objetivo principal é a comercialização de produtos variados, como bolsas, acessórios em geral, cosméticos, alimentos, produtos eletrônicos, entre outros.

O novo perfil do trabalhador urbano, no caso específico o informal, interfere diretamente no urbanismo, isso porque com o aumento da informalidade nos centros urbanos, resultante da rígida situação de desemprego, fez com que o trabalho evoluísse do ambiente interno para a base externa da cidade. Esse fenômeno tem contribuído para o aumento dos engarrafamentos, o forte impacto na paisagem urbana, a precarização do uso da calçada, como mostra a foto - 07 da área de estudo.



Foto 07 – Barraca desmontável, realizada por Amanda Santos, 2008.

3.4 A informalidade e uso do espaço urbano

Nas fotos 07, 08, 09 e 10 pode-se perceber a ocupação dos ambulantes no espaço urbano, neste caso na calçada, interferindo no trânsito das populações que por ai circundam e dificulta também a fluidez do trânsito automobilístico na área de estudo. Os fatores que de fato contribuíram para o desenvolvimento do comércio ambulante, como já foram relatados firma-se como um problema socioeconômico e tange ao município encontrar mecanismos para uma melhora a médios e longo prazo.

Mesmo configurando como as margens do sistema formal de trabalho e do processo de produção do capital, a atividade ambulante já está bastante incorporada a realidade das principais vias do centro urbano e sobre uma ótica positiva, tornou-se um mecanismo de inserção no mercado de trabalho de uma grande parcela da população da cidade, excluída da produção formal de trabalho.

Como constata a revista eletrônica “Caminhos da Geografia” os espaços públicos passam a ter valor de mercadoria, pois os trabalhadores ambulantes se apropriam do espaço privadamente, utilizando assim, sua atividade na obtenção de lucros. Vale ressaltar que o crescimento da informalidade está relacionado diretamente com o aumento do desemprego e que no geral, os trabalhadores que atuam na atividade têm pouca ou nenhuma qualificação profissional.

O uso de “camelôdramos” é uma alternativa muito usada pelo Estado, na busca da retirada do comércio ambulante das principais vias da cidade, justifica-se para reorganizar o espaço e atende também as reclamações de setores que vêem na atividade um problema direto. Entretanto, o Estado ainda não dispõe de um mecanismo de combate a precarização do trabalho de forma direta, buscando assim amenizar o problema.

Não há como acabar com a informalidade, pelo fato da tamanha organização da atividade no país e com dificuldade de conseguir demandar um grande contingente da população de desempregados para formalidade. Além disso, muitos dos ambulantes existentes já estão há muito tempo nesse ramo, o que mostra a dificuldade que o Estado terá na reinserção desses indivíduos no mercado formal. Como conclui o PDDU do município de Salvador (2000, p.84)

[...] a informalidade está tão forte que estimula o consumo de produtos informais e vice-versa, estabelecendo um círculo vicioso. Daí os trabalhadores informais tendem a ter melhor acesso às informações sobre a disponibilidade de bens e serviços produzidos informalmente, pessoas que tem renda oriunda de atividades informais preferem

empregar trabalhadores informais, trabalhadores informais podem ser facilmente influenciados por diversos fatores psicológicos e sociais que estimulam o consumo no informal: cultura da sonegação e propina, oposição à regulação estatal, padrões de moralidade específicos de grupos marginais, etc.

Os ambulantes, a mesmo título ou ainda melhor que pequenos comerciantes são ao mesmo tempo um produto da pobreza e dos novos modelos de consumo, e é uma solução provisória que permite aos pobres ter acesso ao consumo tanto de produtos de primeira necessidade como de outros bens. É o meio mais fluido no abastecimento de uma grande parte da população e uma maneira de frear a pauperização total de um grande número de pessoas que se refugiam na venda ambulante como uma forma de renda. Isso representa uma situação sócio-econômica cuja mudança é inconcebível em curto prazo.

A Estrada da Liberdade assim como o centro histórico, no caso da Avenida Sete, mantêm sua dinâmica muito intensa, em razão do movimento de passageiros, a exemplo da Estação de Transbordo da Lapa no centro, da concentração do comércio formal, de bancos e de outros equipamentos presentes no local. Com isso, tornam-se palco atrativo para o ambulante e então reproduz as tensões geradas pelo caos urbano, como mostra as fotos 08, 09 e 10.

Um trabalho realizado por Noora (2000, p.97) expõe o conflito gerado pela reprodução das diferentes atividades no centro histórico de Salvador ao constatar que

[...] As queixas dos comerciantes sobre a ilegalidade e a falta de lealdade dos “camelôs” tinham poucas repercussões efetivas. A situação entre os comerciantes e os ambulantes, que montavam suas relocalá-los provisoriamente em 13 áreas reservadas dentro da mesma área central. Esta medida levou a situação oposta em diferentes partes da área. No entanto, a situação é totalmente oposta nas áreas onde os ambulantes foram deslocados: a convivência pacífica com os comerciantes parece impossível, e a presença dos “camelôs” torna-se novamente um dos maiores problemas da área.



Foto 08 – Avenida Sete de Setembro, elaborada por Amanda Santos, 2008



Foto 09 – Relógio de São Pedro, elaborada por Amanda Santos, 2008

As fotos 08, 09 e 10 ajudam a mostrar como a atividade informal está enraizada em áreas centrais da cidade de Salvador, onde há um predomínio nas principais vias de circulação e estando inserida nessas vias de pedestres, torna-se um caos a circulação.



Foto 10 – Estrada da Liberdade, elaborada por Amanda Santos, 2008

O crescimento da informalidade nas áreas centrais da cidade são reflexos dos processos sócio-espaciais que alteraram a sua configuração interna e a dinâmica na ocupação funcional, bem como o perfil do consumidor dos estabelecimentos de comércio e serviços. Essa problemática reflete a complexidade da produção do espaço urbano na sociedade capitalista, no contexto da realidade brasileira e latino-americana (REVISTA ELETRÔNICA “CAMINHOS DA GEOGRAFIA”).

Noora (2000) conclui que as atividades comerciais são um “espelho da sociedade”, pois dão uma visão espacial não somente da estrutura da sociedade, mas também dos seus valores, das suas representações e relações de poder, e

dos seus processos de transformação. O Estado fica diante de um dilema, pois há a necessidade de proteger os empreendimentos formais, que pagam tributos e que ficam diante de uma concorrência desleal, que se utiliza da mesma infraestrutura urbana e dos mesmos serviços públicos. Porém, ciente da dificuldade de atender toda a demanda de mão-de-obra, há uma necessidade de manter os pequenos negócios informais, pelo seu importante papel na geração de emprego e renda. Contudo seu maior desafio é conseguir planejar a cidade para amenizar a desordem causada pelo uso indiscriminado do espaço urbano e com isso melhorar a qualidade de vida das grandes cidades.

Considerações finais

Este trabalho procurou fazer uma revisão de Literatura de como se processou o desenvolvimento urbano no Brasil, o desenvolvimento econômico de Salvador e a atual conjuntura urbana das cidades. Por estudar a via estrada da Liberdade, foi feito uma análise histórica do desenvolvimento da área da Liberdade e da via em questão, com isso trouxe uma caracterização e conhecimentos necessários para a análise das peculiaridades locais. Essas informações serviram como pano de fundo para analisar o caso da informalidade na Liberdade, mais especificamente na via Estrada da Liberdade. Concluímos que, a realidade urbana local expressa visivelmente esse desenvolvimento através das contradições existentes no país, com o processo de exclusão social e o crescimento das modalidades de trabalho informal.

A área da Liberdade, apesar de localizar-se numa região pobre da cidade de Salvador, tem um comércio formal popular intenso e dinâmico, o que induz ao fortalecimento do comércio ambulante pela facilidade de chegar ao mercado consumidor. A via de estudo, como identificado, apresenta uma série de problemas urbanos, onde esse trabalho tem como objetivo principal relatar a interferência da informalidade no espaço urbano.

Apesar disso, o fato do comércio ambulante existir traz à tona uma questão: como gerar os espaços urbanos, pois dá oportunidade de uma massa da população de menor poder aquisitivo ter acesso a determinados produtos, que geralmente são mais baratos para consumo e também de uma grande parcela da mesma encontrar nessa atividade uma alternativa de sobrevivência sem contrapor com os interesses dos trabalhadores formais afetados por essa atividade e os transtornos causados pelo uso indiscriminado das principais vias de acesso da cidade.

Com a realização da pesquisa foi constatada à necessidade de melhor ordenação dos usos dos espaços urbanos, para que de fato cumpra com sua função pública. O levantamento histórico foi fundamental para entender a forte

presença dos ambulantes na área, que se caracteriza como uma atividade antiga como antigo é o bairro. O levantamento teórico foi fundamental para compreender a realidade urbana de Salvador e da Estrada da Liberdade, assim como mostra que a informalidade não é um problema que afeta somente uma área da cidade, como também não é um problema específico da capital baiana.

O uso do espaço urbano pelo setor informal tem crescido e se enraizado no cotidiano das grandes cidades e essa realidade deve ser inserida nas discussões sobre urbanismo e incorporada ao novo contexto que estabelece o perfil do trabalhador atual. Com isso, regulamentar a atividade torna-se a principal postura que o Estado toma para tentar amenizar um problema que se encontra enraizado no país como um todo. Entretanto, políticas públicas de regulamentação, fiscalização e recolocação, dos já existentes, sozinha não irão resolver o problema da informalidade e do urbanismo.

As cidades traduzem a realidade presente numa sociedade capitalista, onde o comércio informal expõe momentos característicos da vida urbana. E sua eliminação significa desconhecer a função que desempenha na produção e na afirmação social e cultural de uma grande parcela segregada das cidades. Em contrapartida, os espaços urbanos com o novo uso do espaço estão se tornando cada vez mais complexos, com paisagens urbanas desconfiguradas e desordenadas, diminuição da acessibilidade, principalmente nas áreas centrais, seja do veículo motorizado ou do pedestre.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT/NBR – 14724, **Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. AReferência: elaboração: NBR-6023. São Paulo, 2002.

ACIOLY, Cláudio, DAVIDSON, Forbes, **Densidade urbana – Um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Mauad, Rio de Janeiro, 1998.

ALDEODATO, Guaraci; FARIA, Vilmar; SOUZA, A. de, **Bahia de todos os pobres**, Ed. Vozes LTDA, 1980, Salvador.

BRAGA, Rosalina Batista, **Conhecendo a cidade pelo avesso – o caso de Salvador**. Coleção Movimentos Sócios, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 1994.

BRITO, Fausto, **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. artigo, São Paulo, maio/2006.

Caderno informativo dos bairros de baixa renda – Dados básicos, prefeitura Municipal de Salvador, Coordenação de Desenvolvimento Social, Setembro/1980.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corsa, **Como anda Salvador**. Ed. da UFBA, salvador, 2006.

CAVALCANTI, Clovis; DUARTE, Renato, **O setor informal de Salvador: dimensões, natureza, significado, série população e emprego**. vl.2, SUDENE, Recife, 1980.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, Atos do Poder Legislativo e Executivo, Salvador, Jun/98.

Estudo demográfico com Projeções de população para Salvador e sua Região Metropolitana, Parte 1 e 2, PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador 2000), Abril/2001.

FERNANDES, Rosali Braga, **PROCESSOS RECENTES DE URBANIZAÇÃO / SEGREGAÇÃO EM SALVADOR: O MIOLO, REGIÃO POPULAR E ESTRATÉGICA DA CIDADE**, REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, julho/2004.

FRANCO, Ângela Maria de Almeida, **Habitação popular e Solo Urbano em Salvador**. UFBA, Salvador, março/1983.

FUNDAÇÃO CENTRO de PESQUISA e ESTUDOS – CPE, **Atividades tradicionais: O segmento micro-empresarial; um estudo de caso em Salvador**. Bahia, 1980.

HEINONEN, Noora Maria, **Cidade Alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

IMPrensa OFICIAL da BAHIA, Cidade do Salvador: **Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos**. coleção de Estudos Baianos, Salvador, 1960.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) – **Migrações Internas no Brasil – aspectos econômicos e demográficos** – coleção relatório de pesquisa. nº.19, Rio de Janeiro, 1973.

Governo Municipal de Curitiba, **Comércio ambulante: uma solução democrática**. IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), Curitiba, 1985.

LAMBERT, Jacques, **Os dois Brasis**. vl. 335, ed. Nacional, São Paulo, 1984.

LEIS e DECRETOS de 1960, Município do Salvador, Estado da Bahia – Leis, 1962.

LIMA, Humberto Portugal de, **Cidade do amor e da saudade**. v.1, Secretária da cultura e turismo, FUNCEB, EGBA, Salvador, 2002.

MARICATO, Ermínia, Brasil – **Cidades, alternativas para a crise urbana**. Ed. Vozes, 2ª Ed., Petrópolis, 2002.

_____. **Dimensões da tragédia Urbana**. Publicado no livro Pobreza e desigualdades sociais, São Paulo, 2002.

MATOS, Fundação Gregório de, **Um país chamado Liberdade**. Série editorial no coração da cidade, Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

NEVES, José Adolfo Pereira, **Desenvolvimento e população**. Ed. Atlas S. A., São Paulo, 1973.

NEVES, Laert Pereira, **O crescimento de Salvador e das cidades baianas: Estudos baianos**. Universidade Federal da Bahia, n.15, Salvador, 1985.

O COMÉRCIO E SERVIÇOS AMBULANTES: Uma discussão, Revista Eletrônica Caminhos da Geografia, v.8, n.23, p.20-26, disponível em : [HTTP://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc](http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc), acesso em 02/03/09

Perfil Socioeconômico do Trabalhador Informal de Salvador, PDDU, 2000, Prefeitura Municipal de Salvador, Comércio Informal: relocação dos ambulantes da Av. Sete de Setembro, SPDE/ COM, GEDEM, Salvador, 1997.

Prefeitura Municipal de Salvador, SEPLAN, Jan/2001 Porto, Edgard, Carvalho, Edmilson, Salvador na “globalização”, BAHIA ANÁLISE & DADOS r – SEI, v.10, n.3, p.29-42, Salvador, 2000.

_____. - Lídice da Mata, Cidade documento de trabalho – **O planejamento urbano por grandes bairros em Salvador**. Centro de Planejamento Municipal, Março/1993.

RIBEIRO, Lúcio César Queiroz, **Dinâmica socioterritorial das metrópoles brasileiras: Dispersão e concentração**. IPEA, 2006.

Salvador em dados – 2006 - Prefeitura Municipal de Salvador, SEPLAN.

SANTOS, Jair L. F.; Levi, Maria Stella Ferreira, **Dinâmica da População** (teoria, métodos e técnicas de análise). V.3, São Paulo, 1980.

SANTOS, Milton, **Economia Espacial**. Ed. USP, São Paulo, 2007.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 2ªed., Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.

_____. **O espaço dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos**. Ed. USP, São Paulo, 2004.

SAUVY, Alfred, **Elementos de demografia**, tradução MADEIRA, Lyra, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1979. Secretária do Planejamento: Ciência e Tecnologia, Departamento de Geografia e Estatística, Nomenclatura oficial dos logradouros do Salvador, 1975.

Série Estudos e Pesquisas - SEI, **Bahia crescimento populacional – 1980-1996**. nº39.

Série de estudos e pesquisa (77) – SEI, **Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000, 2007**. Salvador, 1998.

Série de estudos e pesquisa – SEI, **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990 tendências e perfis sócio demográficos**. 2006.

SILVA, Cecília Luz da, **A cidade do Salvador nos seus 454 anos**. Ed. UNEB, Salvador, 2005.

TEIXEIRA, Cid, **História da Energia Elétrica na Bahia**. Ministério da Cultura, Salvador, 2005.

TORRES, Haroldo da Gama, **Demografia urbana e políticas sociais**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, V.23, p.27-42, São Paulo, jan./jun. 2006.

VILLAÇA, Flávio, **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª Edição, Studio Nobel, São Paulo, 2001

ANEXOS.

Roteiro de entrevista com os ambulantes

A - Questões relativas às características pessoais

- Nome
- Bairro de residência em Salvador
- Sexo
- Faixa etária: 20-29____ 30-39____ 40-49____ 50-59____ 60-____

B- Questões relativas à atividade profissional

- O que o levou a escolher essa atividade
- Próprio ou alugado
- Possui outro estabelecimento/ banca
- tipo de equipamento de trabalho
- Tipo de produto que comercializa
- Quanto tempo na atividade

C- Questões relativas à área de estudo

- Satisfeito com a localização
- O que atrai a clientela daqui
- Iria para outro lugar
- Quem é mais prejudicado com a presença dos ambulantes na rua
- O que precisa melhorar

Roteiro de entrevista com os lojistas

A - Questões relativas às características pessoais

- Nome
- Bairro de residência em Salvador
- Sexo
- Faixa etária: 20-29____ 30-39____ 40-49____ 50-59____ 60-____

B- Questões relativas à atividade profissional

- ramo de atividade
- Próprio ou alugado
- Tipo de produto que comercializa
- Quanto tempo na atividade

C- Questões relativas à área de estudo

- Satisfeito com a localização
- Vantagens
- Desvantagens
- Como imagina a via sem o ambulante
- Quem é mais prejudicado com a presença dos ambulantes na rua
- O que precisa melhorar

